



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Luana Ribeiro Barreto Campello

**O Serviço Social face às questões de
vulnerabilidade na infância e adolescência no
Brasil: um estudo de caso**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social, orientada pela Professora
Doutora Helena Neves Almeida, apresentada à Faculdade de Psicologia e de
Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Setembro de 2019

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Luana Ribeiro Barreto Campello

**O Serviço Social face às questões de vulnerabilidade na infância e
adolescência no Brasil: um estudo de caso**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social, orientada pela
Professora Doutora Helena Neves Almeida e apresentada à Faculdade de
Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Coimbra

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, a Professora Doutora Helena Neves Almeida que mesmo com os percaussos devido à distância e ao tempo, contribuiu com todo apoio necessário para que este trabalho fosse possível.

Igualmente, meu agradecimento aos docentes do mestrado em Serviço Social da FPCEUC que forneceram uma importante bagagem teórica para o meu crescimento profissional e pessoal.

À equipa do Movimento Pró-Criança pela acessibilidade e contributo essencial ao desenvolvimento da investigação.

Por fim, um agradecimento especial à minha mãe e irmã por sempre serem suporte em todos os momentos e aspectos da minha vida. Sem elas nada seria possível.

RESUMO

O campo de trabalho do serviço social é permeado por constantes mudanças e desafios que são advindos das transformações presentes na sociedade, fato que interfere cotidianamente na atuação profissional. É necessário refletir e reinventar as ações a partir do projeto ético político da profissão para que novas metodologias e práticas possam ser criadas e recriadas, na tentativa de responder a uma gama de questões sociais que se expressam em diferentes formas e esferas. A presente pesquisa buscou investigar a atuação do Serviço Social numa Organização não governamental – ONG, na cidade do Recife-Brasil, por este tipo de organização, pertencente ao terceiro setor da sociedade, ser um crescente campo de atuação profissional voltado à prevenção da vulnerabilidade social na infância e na adolescência. Esta investigação teve lugar no Movimento Pró-Criança – MPC, ONG pertencente a Arquidiocese, situada no Recife-Brasil e possui uma abordagem qualitativa de cunho descritivo, sendo desenvolvida na perspectiva de um estudo de caso que aconteceu em duas etapas. Na primeira etapa realizamos uma análise documental, onde foram analisados documentos pertencentes ao MPC, dos quais destacamos os Relatórios de atividades gerais; Relatórios do setor psicossocial e o Projeto Núcleo de inclusão digital NID. Na segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as duas assistentes sociais em exercício no MPC com quem buscamos identificar o desenvolvimento da atuação do serviço social no enfrentamento à vulnerabilidade social das crianças e adolescentes dentro da ONG, incluindo a descrição dos limites e das alternativas de ação. Com os resultados alcançados foi possível compreender que a partir da análise documental, a ONG apresenta importantes projetos em áreas diversas para as crianças e os adolescentes. Porém, os limites impostos seja pela natureza da organização seja pela falta de mais assistentes sociais, impedem muitas vezes que o profissional consiga atuar de acordo com o projeto ético político da profissão.

Palavras-chave: 1. Vulnerabilidade social; 2. Serviço Social; 3. Infância e Adolescência.

ABSTRACT

The acting area of social service work is filled by constant changes and challenges that are transformed into gifts present in society, a fact that interferes with the daily routine of professional activity. It is essential to reflect and reinvent as actions from the profession's political ethical project for new methodologies and practices that can be used and recreated, in an attempt to answer a series of social questions that are expressed in different forms and spheres. This research aimed to investigate the performance of Social Work in a non-governmental organization - NGO, in the city of Recife-Brazil, by this type of organization, belonging to the third sector of society in which a growing field of professional activity is being carried out. The activity of social vulnerability in childhood and adolescence. We seek to identify professional challenges as well as exposure of actions by social workers in an attempt to overcome them. This research took place at Movimento Pró-Criança - MPC, an NGO that belongs to an archdiocese, located in Recife-Brazil and it has a qualitative descriptive approach, being developed from the perspective of a case study that took place in two stages. In the first stage, we performed a document analysis, where documents belonging to the NGO MPC were analyzed, which are the main indicators of the General Activity Reports; Psychosocial reports of the NID Digital Inclusion Core Project. In the second stage, semi-structured interviews were conducted with two of the MPC social workers, with which we sought to identify how the social service performance is without confronting the social vulnerability of children and adolescents in the NGO, including a description of the limits and alternatives of action. With the results achieved, it was possible to understand from the documentary analysis that an NGO presents important projects in different areas for children and adolescents. However, the tax limits worked out in interviews, either because of the nature of the organization or the lack of assistance to societies, often prevents professional consultation in accordance with the profession's political project.

Keywords: 1. Social vulnerability; 2. Social Work; 3. Childhood and Adolescence.

Lista de siglas e acrônimos

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNAS – Conferência Nacional de assistência social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA – Estatuto da criança e do adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do desenvolvimento social

MPC – Movimento Pró-criança

MDS – Ministério do desenvolvimento social

ONG – Organização não governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONU – Organização das nações Unidas

PAIFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICEF – Fundo das nações unidas para infância

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1 – conceitos, dimensões e variáveis.

Figura 2: Indicadores do Ipea.

Figura 3: Região do bairro dos Coelhos em Recife -PE.

Figura 4: Palafitas na região dos Coelhos em Recife.

Figura 5: Contraste social na região dos Coelhos em Recife.

Figura 6: Incêndio na comunidade Campinas - Região dos Coelhos.

Figura 7: Incêndio no prédio do MPC em 2014.

Figura 8: Prédio do MPC.

Figura 9: Objetivos do plano de trabalho do Serviço Social no MPC.

Figura 10: Encaminhamento do setor psicossocial no MPC para o Conselho Tutelar.

Tabela 1 – Eixos do Modelo de análise.

Tabela 2 – Mapeamento dos projetos no ano de 2018 – Eixo Educação e Cidadania.

Tabela 3 – Mapeamento dos projetos no ano de 2018 – Eixo Qualificação Profissional.

Tabela 4 – Mapeamento dos projetos no ano de 2017 – Eixo Educação e Cidadania.

Tabela 5 – Mapeamento dos projetos no ano de 2017 – Eixo Qualificação Profissional.

Tabela 6 – Mapeamento dos projetos no ano de 2016 – Eixo Educação e Cidadania.

Tabela 7 – Mapeamento dos projetos no ano de 2016 – Eixo Qualificação Profissional.

Índice

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
Lista de siglas e acrónimos.....	6
Lista de Figuras e Tabelas.....	7
Introdução.....	10
CAPÍTULO 1 – VULNERABILIDADE SOCIAL	14
Gênese da vulnerabilidade social no Brasil	14
Vulnerabilidade social e risco social	16
CAPÍTULO 2 – CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL: PROTEÇÃO E DIREITOS.....	20
Sobre a história da criança e adolescência no Brasil	20
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	25
CAPÍTULO 3 – O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR NA REALIDADE BRASILEIRA	27
Contexto histórico	27
Conceituando o terceiro setor	31
O trabalho do Serviço Social nas ONGs	35
A intervenção profissional baseada no Código de Ética Profissional.....	40
CAPÍTULO 4 – FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
Problema de pesquisa e objetivo	43
Caracterização da pesquisa	44
Modelo de análise.....	45
Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	47
Participantes na pesquisa	49
Questões éticas.....	51
Contexto da pesquisa.....	52
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	58
Resultados da primeira etapa: análise documental	58
Resultados da segunda etapa: entrevistas.....	65
O projeto NID : casos de atendimento do Serviço Social	71
Análises dos casos: simplificação da realidade.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

Referências bibliográficas.....	80
Apêndice 1 - Consentimento informado	87

Introdução

O interesse em investigar o Serviço Social em uma organização não governamental (ONG) no Recife-Brasil deriva do fato deste tipo de organização ser um crescente campo de atuação profissional do assistente social voltado à prevenção da vulnerabilidade na infância e na adolescência.

A partir da década de 1970 no Brasil, regista-se um avanço na vulnerabilidade dos indivíduos e famílias decorrente de múltiplas desigualdades e ausência de serviços e políticas públicas. Tal facto potencia as lutas pelo trabalho e habitação dignos, acesso ao atendimento das necessidades básicas e ampliação da cidadania enquanto direito.

Com a promulgação da Constituição de 1988, os esforços para o estabelecimento de uma Política de Assistência Social convergiram para a construção de redes descentralizadas de serviços, chamados Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tais redes consideram as situações de vulnerabilidade e risco inerentes a cada fase da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e relacionam-se à situações vivenciadas em decorrência de gênero, cor, etnia, orientação sexual e contextos de pobreza, violência, maus tratos, negligência, abuso e exploração sexual, tráfico de pessoas, habitação indigna, mendicância dentre outras (MDS, 2008):

“Efetivamente, uma retomada analítica das políticas sociais brasileiras no final do milênio, apesar da Constituição de 1988 revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Nesse sentido as políticas acabam sendo o lugar do não direito e da não cidadania [...] lugar a que o indivíduo tem acesso, não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído” (Telles, 2001 p.95).

Sem a prevenção ou o aprofundamento devido em relação às situações de vulnerabilidade, estas poderão originar situações de risco social pela exposição à violência, exploração, negligência, entre outras violações de direitos emergentes ou já estabelecidas. Embora não exista uma distinção clara, no

cenário brasileiro, sobre os termos vulnerabilidade e risco social, é consensual que o risco se refere às fragilidades da sociedade contemporânea, enquanto a vulnerabilidade diz respeito à condição individual (Janczura, 2012).

Em relação à vulnerabilidade infantil, podemos destacar o processo histórico das normativas Internacionais que surgiram depois da primeira guerra mundial, através da junção de organizações que se solidarizaram com a realidade das crianças vítimas da guerra. No ano de 1959, a ONU- Organização das Nações Unidas editou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, trazendo 10 princípios que atribuem direitos especiais. Dentre estes destacamos o princípio 9º:

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral (ONU, 1959).

No Brasil, os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959) foram incorporados na Constituição Federal de 1988, reconhecendo a população infanto-juvenil como sujeitos cujos direitos devem ser garantidos em função de seu pleno desenvolvimento.

Como efeito disto, em 1990 foi aprovada a Lei Federal 8.069/90, intitulada “Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”. Destacamos, por exemplo, o que o ECA afirma em seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990).

As questões envolvendo vulnerabilidade na infância e adolescência sofrem interferências devido à materialização do modelo neoliberal no Brasil que

tem como base as privatizações e diminuição da ação do Estado para responder as demandas sociais através de cortes nos gastos sociais e políticas voltadas para oferecer maior liberdade ao capital (Costa, 2006). Tal facto gerou o crescimento do Terceiro Setor, onde estão inseridas as ONGs, resgatando antigas práticas filantrópicas através da transferência do Estado à sociedade civil para responder às seqüelas da questão social.

As ONGs são espaços para atuações de vários profissionais, entre eles, os Assistentes Sociais que segundo o Conselho Federal de Serviço Social: Trabalham no planejamento, organização e administração dos programas e benefícios sociais fornecidos pelo governo, bem como na assessoria de órgãos públicos, privados, organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais (CFESS, 2009).

Por ser uma profissão, o Serviço Social faz parte da divisão sociotécnica do trabalho, possuindo uma série de instrumentos operativos que interferem nas múltiplas dimensões da realidade social. Estes instrumentos devem ser empregues através de consciência crítica compostos por elementos teóricos, éticos e políticos que permeiam a profissão. “O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social” (Iamamoto, 2009 pag. 77).

Atualmente, com a instabilidade no mercado de trabalho, desorganização das políticas públicas e poucas verbas estatais, profissionais de diferentes campos têm se sujeitado às condições precárias no ambiente profissional. Dentro de tal realidade é válido destacar a importância da atuação do profissional de Serviço Social na elaboração de reflexões críticas junto às equipes multidisciplinares de cada campo de trabalho.

O obstáculo existente entre a teoria e a prática do Serviço Social, por ser um desafio velado requer uma constante reflexão crítica por parte do profissional. Afinal, através dos próprios desafios cotidianos, frequentemente, a prática profissional se afasta dos fundamentos teóricos. É necessário assim, aprender a lidar diariamente com as contradições sociais sem esquecer que nos espaços institucionais há sempre limites e possibilidades, pois o espaço institucional é contraditório (Iamamoto, 2009).

Diante do exposto buscou-se empreender uma investigação com o objetivo geral de compreender como a atuação do Serviço Social se revela em uma Organização não governamental específica, Movimento Pró-Criança, ligada à arquidiocese em um bairro com alto índice de vulnerabilidade social, na cidade do Recife, no Brasil.

Para tanto, procedeu-se ao levantamento das atividades do setor psicossocial onde está inserido o profissional de serviço social, através dos documentos concernentes à relatórios sobre os projetos e programas da ONG.

Esta dissertação está organizada em 5 capítulos. No primeiro capítulo abordaremos as questões teóricas relativas à vulnerabilidade social no Brasil. No segundo resgataremos o contexto histórico da criança e do adolescente no país até o período onde as primeiras leis de proteção foram promulgadas caminhando-se para a criação da lei contemporânea, intitulada ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente. No terceiro exploraremos referências teóricas e o contexto histórico acerca do terceiro setor da sociedade brasileira, onde as ONGs estão inseridas, tendo como foco portanto, a profissionalização do serviço social e a inserção do assistente social neste campo de atuação. Visamos identificar os limites e possibilidades existentes para uma atuação baseada no Código de Ética profissional (1993). No quarto capítulo abordaremos as questões relativas aos fundamentos e procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação e no quinto a apresentação e a discussão dos resultados adquiridos com a presente pesquisa.

CAPÍTULO 1 – VULNERABILIDADE SOCIAL

Gênese da vulnerabilidade social no Brasil

Os conceitos relativos à gênese da vulnerabilidade social no Brasil apresentam multiplicidades de fatores e faz-se necessário reconhecer o contexto histórico e social e as nuances estruturais da sociedade atual. Temos, pois, o modelo de sociedade capitalista que é estruturado com base no grande capital financeiro, facto que gera desigualdades e distanciamentos à maioria da população acerca da garantia da cidadania e de direitos universais.

De forma resumida é possível afirmar que a introdução do sistema capitalista foi embasada em transformações de âmbito econômico, social e político que por sua vez gerou mudanças no campo dos valores culturais, éticos, morais e estéticos. Neste sistema, a produtividade passa a ter lugar de destaque, diferente do sistema anterior: feudalismo, onde se voltava para a satisfação imediata das necessidades (Gonçalves, Furtado & Moura, 2010). Completando este raciocínio, Weber (1996) defende o fato de que ganhar dinheiro dentro da ordem econômica capitalista é o resultado e a expressão de virtude e de eficiência de uma vocação. Neste contexto:

O próprio trabalho torna-se uma mercadoria que a classe trabalhadora oferece no mercado, pois esta é a única forma de sobrevivência. Do outro lado, estão os capitalistas que, sendo donos dos meios de produção e do dinheiro, compram a força de trabalho dos trabalhadores e põe-na para produzir com o objetivo de obter lucros, de aumentar sua riqueza. O mercado torna-se (...) o lugar onde se tecem as relações sociais que movimentam a economia (Gonçalves, Furtado & Moura, 2010, p. 53).

Sendo assim as relações estabelecidas entre os indivíduos passam a ser permeadas pelo mercantilismo. Há a valorização das trocas econômicas e consequentemente do interesse privado. A sociedade torna-se competitiva ao invés de colaborativa, de modo naturalizado.

Há contradições na nova ordem social: poucos detêm o capital, por conseguinte o poder; enquanto a maioria vivencia a pobreza. Ideologicamente fica posto que o trabalho pode transformar as desigualdades sociais e que todas

as pessoas têm direito à cidadania. Porém, com base no processo de alienação, “os trabalhadores não se apropriam dos resultados do progresso econômico” (Gonçalves, Furtado & Moura, 2010 p. 66).

O sistema capitalista apresenta na sua estrutura classes antagônicas que mantêm a economia e reprodução do sistema social, caracterizado por uma dinâmica de forças que buscam conservar a classe dominante detentora do poder e que tencionam as estruturas sociais existentes (Guareschi, 2005). Portanto, é importante ressaltar que “qualquer esforço teórico acerca da vida em sociedade, assenta-se sobre a concepção da natureza da relação entre a individualidade e a sociabilidade, os ímpetos subjetivos e a norma social” (Gonçalves, Furtado & Moura, 2010 p. 45).

Fala-se de uma sociedade que se engendra para atender as necessidades de reprodução do capital que acontece inicialmente, pelo contínuo grau de exploração do trabalho, concomitantemente pela manutenção ou elevação do esforço do trabalho e conservação ou diminuição do preço deste trabalho (Marx, 1981).

Neste contexto, a vulnerabilidade social constitui-se a partir de uma construção social, enquanto produto das transformações societárias embasadas no capital que gera desigualdades, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Estas transformações acabam por atingir fundamentais mudanças no campo da vida privada, aguçando fragilidades e contradições. Ao mesmo tempo em que acentua a fragmentação da população e distancia a classe menos favorecida do direito a uma vida digna. Neste sentido é relevante ressaltar que na década de 1990, no contexto brasileiro:

As novas desigualdades no país se sobrepõem aos processos mais arcaicos ainda não superados, que caracterizam a velha exclusão social. Definida pela baixa escolaridade, pela privação absoluta e pela falta de acesso à terra, a velha exclusão convive com os fenômenos da nova exclusão social, radicada nas periferias dos centros urbanos. As novas desigualdades seriam decorrentes do desemprego por longos períodos ou da falta de acesso ao trabalho. Assim, a nova desigualdade ocorre em situações de ausência de mobilidade social ascendente, atingindo, sobretudo, os jovens das cidades (Martins, 1997, p.13).

São notórias as transformações socioeconômicas em nível mundial, tais como requisitos para ingressar em empregos, aumento do desemprego em termos de volume e tempo de duração, índice de violências, etc., porém não é de forma homogênea que afeta o mundo todo.

No Brasil é mais intensificada nos anos de 1990 quando é acirrada a desigualdade socioeconômica relacionada às profundas limitações da economia brasileira, quanto ao crescimento e à geração de novos postos de trabalho (Oliveira, 1995).

Vulnerabilidade social e risco social

Bedin & Nielsonn (2013 p. 39) salientam que desde a década de 1970, com a crise mundial que desregulamentou o sistema monetário internacional e reduziu o ritmo de crescimento nos países industrializados, “a estrutura típica do estado de bem-estar social perde sua vitalidade e abre espaço para um cenário de incertezas e de possibilidades de relativização das principais conquistas sociais”. Nesta década, os termos risco e vulnerabilidade passaram a ser resgatados como fundamentais no campo das ciências sociais, por ser marcada pela transição da sociedade industrial para pós-industrial, rumo à outra modernidade.

Como aponta Beck (1992) as sociedades atuais são “sociedades de risco”, globalizadas e que colocam em causa as teorias que serviam de pilar à vivência e à confiança modernas. Vive-se, então, numa sociedade de risco que envolve a ameaça, o perigo, a incerteza; uma sociedade de vulnerabilidade, onde a pobreza se torna paradoxal às políticas sociais (Soulet, 2007).

É significativo apontar que a noção de vulnerabilidade social é adotada nesta nova era. É a partir da década de 1990 que este conceito emerge associado à epidemia da AIDS. Os termos “risco” e vulnerabilidade passam a ser utilizados relativamente às situações envolvendo os grupos estigmatizados e atingidos pela epidemia do vírus HIV. Neste contexto, o conceito de vulnerabilidade se desenvolve “Ele pode ser resumido justamente como esse

movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais (...)" (Ayres, 2003, p. 127).

Ainda que tenha sido utilizada no início da industrialização europeia, o termo vulnerabilidade ganhou relevância para os estudos sociais na década de 1990, como já foi dito. Desde então é contemplado no campo científico e estatal conduzindo propostas, ações e análises de mudanças sociais. A palavra vulnerabilidade passou a ser utilizada para explicar toda a situação de insegurança vivida na contemporaneidade. O termo ganha espaço no meio acadêmico através dos estudos sobre pobreza, utilizando-o como um novo conceito e palavra comumente utilizada, como antes fora, exclusão, apartheid e outros (Marandola & Hogan, 2006).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) vulnerabilidade social e risco social são fatores responsáveis pelo quadro de exclusão social presente na sociedade brasileira. Considerando fatores de vulnerabilidade e risco social, o que diz respeito a:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

Muitas vezes não há clareza nas definições teóricas acerca dos termos risco e vulnerabilidade no Brasil. “A ideia de risco e perigo é facilmente identificada, mas a de vulnerabilidade, enquanto um grau de capacidade das pessoas em se proteger é um dado qualitativo, um adjetivo percebido como componente das próprias estruturas da pessoa e do lugar” (Alvarenga, 2012).

A vulnerabilidade social ocorre a partir de fatores culturais, políticos e econômicos que confere aos indivíduos menor capacidade de estarem inseridos

socialmente. Ambos os termos configuram-se como fatores que limitam o acesso a direitos universais e a cidadania de sujeitos ou grupos.

A diferença entre os termos aparecem a partir das definições criadas pelo IPEA (2006) que caracteriza a vulnerabilidade social como um indicativo de falta de acesso às necessidades básicas das famílias e o risco social como um fenômeno que ocorre após o agravamento das situações de vulnerabilidade. Quando há, portanto, uma violação efetiva dos direitos dos indivíduos, grupos ou família:

A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, porque aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas (IPEA, 2006 p.17).

É válido ressaltar que os conceitos de vulnerabilidade e risco social são complementares e interligados, mesmo sem haver uma relação direta. Embora uma situação de vulnerabilidade não resulte, obrigatoriamente, em uma situação de risco, todas as situações de risco, produzem mais situações de vulnerabilidade.

A partir disto, Carneiro e Veiga (2004) destrincham as percepções sobre risco e vulnerabilidade, exemplificando que os dois fatores remetem a indivíduos, famílias ou grupos excluídos das condições básicas de vida, bem como a falta de recursos para que possam enfrentar a realidade no qual estão inseridos:

Ainda que o termo vulnerabilidade carregue imprecisões frutificadas pelo processo de construção conceitual em que se encontra, há avanços na discussão da realidade dinâmica e multideterminada. A aceção da vulnerabilidade como parâmetro de reflexão e atuação implica o reconhecimento da concomitância de fatores éticos, políticos e técnicos contornando a incidência de riscos nos territórios e a capacidade humana para o seu enfrentamento (Carmo & Guizardi, 2018 p. 8).

De acordo com Oliveira (1995) a vulnerabilidade social existente na realidade atual, só poderá ser enfrentada ao fazer uma transferência das carências sociais para o campo do direito social. Direitos e cidadania são temas contemporâneos que podem elucidar a consciência crítica da população vulnerável acerca da realidade que estão inseridas, podendo refletir e perceber o poder da coletividade e a importância das próprias ações no mundo, promovendo desta forma a superação da situação de vulnerabilidade garantindo o desenvolvimento individual e social.

Barker & Rizzini (2002) apontam a importância da prevenção das situações de riscos na infância e adolescência com foco na valorização das habilidades, ocupações que possam promover o desenvolvimento dos mesmos. De forma a ser essencial uma rede de apoio que ofereça oportunidades de acesso ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente (escolas, ONGs, creches), além da importância de construir relações de confiança na família e na comunidade. Com esta rede de apoio cada vez maior, a proteção e prevenção da vulnerabilidade na infância e adolescência pode ser fortalecida. Neste sentido, apresentamos no próximo capítulo o contexto da infância e adolescência no Brasil.

CAPÍTULO 2 – CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL: PROTEÇÃO E DIREITOS

Sobre a história da criança e adolescência no Brasil

De acordo com Andrade (2016) a nomenclatura “criança” é implementada através de políticas sociais pertencentes ao Estado, inicialmente no século XVIII.

Porém, na sociedade tradicional daquela época, a proteção do Estado, ocorria através de um sistema disciplinador para asseverar que os “menores” estivessem aptos a ingressarem mais tarde, como mão de obra no modo de produção econômica:

“o indivíduo passava da condição de criança para adulto, sem passar pelas etapas consideradas, posteriormente, como adolescência. Este indivíduo crescia misturado aos adultos, aprendia sobre a vida e como portar-se socialmente, através do contato direto com eles. Apenas a partir do século XIX a adolescência passou a ser definida com características específicas, que a diferenciavam da infância e da idade adulta” (Teixeira 2003, p. 110).

Segundo Costa (2006) o debate acerca da proteção à infância surgiu apenas no final do século XIX , mas a criação de uma legislação específica que contemplasse a definição de infância, só ocorreu concretamente no fim do XX.

Com a criação das Nações Unidas surgiram inúmeros documentos internacionais que contemplavam as questões relativas à infância, mas foi com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH ,1948) que o tema ganhou êxito. Houve a promulgação da Declaração do Direitos da criança de 1959 que sofreu alterações em sua base. A alteração desta norma internacional, mesmo que de forma simbólica, interferiu nas normas brasileiras de modo a contribuir com a evolução na legislação atual. Esta interferência ocorreu também à nível local, a partir de todo o contexto histórico brasileiro, o qual elencamos alguns marcos importantes desde a antiguidade até os dias atuais.

Na antiguidade clássica, a criança e o adolescente eram percebidos como meros objetos de propriedade estatal ou paternal e não eram considerados

suscetíveis à proteção jurídica. De acordo com Lorenzi (2016) apenas há pouco tempo à criança e o adolescente vêm sendo reconhecidos como indivíduos de direitos e liberdades.

(Lorenzi, 2016) afirma que no Brasil, os direitos da criança e do adolescente vêm sendo construídos, através de diversas lutas e reivindicações dos movimentos sociais e podemos classificar em momentos específicos diferentes que acompanham as fases da nossa história política.

A primeira fase vai do Brasil colônia até o início da primeira república e tem o marco histórico no ano de 1543, ano da fundação da primeira Santa Casa de Misericórdia, instituição ligada à Igreja Católica que auxiliava as pessoas economicamente desfavorecidas e esquecidas pelo poder público. Assim, oferecia proteção às crianças abandonadas, na sua maioria por famílias ricas de mulheres que tinham filhos fora do matrimônio.

É válido ressaltar que as mulheres negras no século XIX, eram escravizadas, seus filhos já nasciam nas condições de escravos, por tal motivo as crianças negras não eram encaminhadas as instituições. Desta forma, as crianças brancas abandonadas são os principais alvos das ações sociais do século XIX (Andrade, 2016). “Daí pode-se supor que os enjeitados no Brasil colonial tenham sido em grande parte resultado de relações ilícitas de mulheres de condição social elevada” (Motta, 2005 p. 55).

De acordo com Andrade (2016), o funcionamento da Santa Casa da Misericórdia, enquanto “cuidado” com estas crianças na época, envolvia várias pessoas em diferentes funções, as chamadas “amas” que dividiam-se em:

Ama seca ou rodeira, a que recebia a criança e a colocava para dentro da Santa Casa; Ama de leite, a que cuidava das crianças e as amamentava até elas se restabelecerem; Amas de empréstimos que as levavam até as amas de fora, estas que residiam em domicílios próprios e cuidavam das crianças até elas completarem sete anos. Depois desta idade, as crianças seguiam para trabalhar em instituições religiosas como seminários, conventos ou em casas de famílias em troca de abrigo, alimentação e cuidados.

Através deste tipo de organização que vivia através de captação de doações, eram garantidos o acolhimento e a assistência aos menores

abandonados, como também a recolha da criança para dentro do espaço sem que houvesse nenhuma condição prévia. Esta situação perdurou até 1927 com a promulgação do Código de Menores que substituiu o sistema anterior pela entrega obrigatória das crianças em mãos a um funcionário da instituição, garantindo a preservação do anonimato. Além disto, passou a ser obrigatório, também, o registo da criança (Andrade 2016).

No mesmo período há iniciativas do Estado em resolver as questões que dizem respeito às crianças e adolescentes em situação irregular. Nesta época, há uma separação entre crianças ricas e criança pobres. Segundo Marcílio (2006, p. 224), as crianças ricas usufruíam de políticas públicas voltadas para família e para educação, com o intuito de prepará-las para dirigir a sociedade. Já as crianças pobres, estigmatizadas como perigosas e intituladas com o termo “menor” “[...], deveriam ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante que as preparassem para o mundo do trabalho”.

O vocábulo “menor” era usado de forma discriminatória para caracterizar as crianças e adolescentes pobres, segundo Drexel e Iannone (1994):

A palavra “menor”, antônimo de “maior”, passa a ideia de pequeno, ainda por formar-se, que não é sujeito pleno, que depende de um maior, sob cuja tutela e custódia deveria estar. Porém, o termo “menor”, nesse sentido, tem sido aplicado apenas às crianças e jovens de famílias bem-constituídas e estáveis. Para os demais – os pobres, os abandonados, os internos em orfanatos ou órfãos do Estado –, a palavra “menor” assume uma conotação pejorativa, trazendo em seu conteúdo semântico a insinuação preconceituosa de “marginal” (Drexel & Iannone, 1994 p. 24).

Lorenzi (2016) relata que com relação ao ensino e trabalho há situações que merecem uma análise bem criteriosa. Quanto ao primeiro, ele foi regularizado em 1854, contudo era vetado aos escravos, portadores de doenças contagiosas e a crianças não vacinadas. Em uma época em que o acesso aos serviços públicos de saúde era um privilégio para poucos, tal exigência gerou exclusões sociais, especificamente na área da saúde e da educação.

Já em relação ao trabalho, foi estipulado a idade mínima de 12 anos para seu início em 1891, através do Decreto nº 1.313; porém, tal exigência ficou restrita ao papel.

há início de uma nova fase histórica marcada por lutas sociais advindas do surgimento e organização do operariado. Assim, ocorreu uma importante greve geral em 1917, na qual algumas das reivindicações consistia, entre outras, no fim do trabalho infantil para menores de 14 anos.

Foi nesta fase que houve, especificamente no ano de 1923, o primeiro Juizado da Infância da América Latina; A partir disto, em 1927 foi promulgado o código de Menores. Este código não se referia a todas as crianças e adolescentes, apenas àqueles excluídos socialmente, tratando de temas sobre trabalho infantil, tutela, pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada.

Ainda segundo (Lorenzi, 2016) a próxima fase que vai de 1930 a 1945 e corresponde ao Estado Novo brasileiro é caracterizada pelos programas assistenciais tais como, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Casa do Pequeno trabalhador, a Casa do Pequeno jornaleiro, a Casa do Pequeno lavrador, a Casa do Pequeno trabalhador, a Casa das meninas.

O SAM era um órgão pertencente ao Ministério da Justiça e a sua orientação era corretiva e punitiva, por isto correspondia a um sistema carcerário para menores. Mesmo com esta orientação, diferenciava os menores infratores de menores abandonados. Os do primeiro grupo eram encaminhados para reformatórios e casas de correção; os do segundo grupo eram encaminhados aos chamados patronatos agrícolas e também, à escolas de aprendizagem. A LBA e as cinco diferentes casas, eram instituições públicas de caráter assistencialista.

Após o Estado Novo, a fase é conhecida como redemocratização, compreende o período de 1945 a 1964 e é marcada pela abertura política e pela organização social. É promulgada uma nova Constituição Federal que volta a garantir alguns direitos democráticos, antes violados e há proibição da pena de morte e da censura. Foi neste período, precisamente em 1950 que o fundo das nações unidas para infância - UNICEF introduziu o primeiro gabinete no Brasil.

Com relação à organização popular, este período caracterizou-se por algumas conquistas no campo social, mas apresentou o início do controle repressivo aos movimentos sociais. A opinião pública com relação ao SAM sofre uma mudança radical e passam a percebê-lo como um órgão sem humanidade e opressivo. Na mesma época, o cenário mundial é marcado pela guerra fria.

A fase seguinte corresponde aos anos da ditadura militar e vai de 1964 a 1979. Este período é marcado pela forte repressão exercida pelo Estado brasileiro sobre os movimentos sociais e a perda de muitos direitos civis antes conquistados, como as eleições diretas, a liberdade de expressão com a criação da censura federal, dentre muitos outros.

A concretização da repressão ocorreu “legalmente” através da promulgação não só dos atos Institucionais, como também da promulgação da constituição de 1967 que representou um grande retrocesso no Estado de direito democrático.

Em relação à infância há dois documentos que revelam o ponto de vista do período dos longos anos de ditadura no país: a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e o código de menores de 1979.

A FUNABEM recebeu do antigo SAM, não só os recursos humanos, como toda a estrutura física e conseqüentemente, sua estrutura operacional. Segundo (Lorenzi, 2016), a FUNABEM era o órgão responsável pela efetivação da Política Nacional do Bem-estar do Menor. Assim, era uma instituição pública de internamento que fornecia assistência às crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade ou das que cometeram atos infracionais. Já o Código de Menores de 1979, Lei 6697, é uma repaginação do antigo Código de Menores e conseqüentemente, manteve o carácter arbitrário e assistencialista.

O interesse acadêmico pela população em situação de risco e vulnerabilidade, especificamente a da criança em situação de rua, só começou na segunda metade da década de 1970 (Lorenzi, 2016).

Já a década de 1980 representou significativas conquistas para infância brasileira com a promulgação da Constituição Federal (1988). Costa (2006) relata que houve uma série de lutas sociais para que a Constituição pudesse ser promulgada em outubro de 1988, trazendo grandes progressos sociais com

implementação de políticas sociais, tendo a participação da sociedade civil com os conselhos consultivos e deliberativos.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

As bases do Estatuto da Criança e do adolescente nascem sob a influência dos tratados internacionais, especificamente com a Convenção sobre o Direito da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas-ONU em 20 de outubro de 1989 e logo, pelo Congresso Nacional (Costa, 2006).

Foi a partir de uma assémeia criada para a constituição federal (1988) que houve a organização de normas acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes. É neste sentido, segundo Costa (2006) que a Constituição Federal de 1988, versa pela primeira vez acerca da questão da criança como prioridade absoluta, sendo a sua proteção dever da família, da sociedade e do Estado.

Por influência das diretrizes internacionais da época e impulsionadas pelos movimentos sociais, foi possível a criação de um aparato legislativo que oferecesse direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes. Originou-se o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente.

É interessante notar que a Comissão do ECA teve a participação tanto dos movimentos da sociedade civil, dos legistas e dos órgãos governamentais. Muitas das entidades vindas dos movimentos da sociedade civil surgiram em meados da década de 1980 e tiveram uma participação fundamental na construção desta estrutura legal que prevalece nos dias atuais (Lorenzi, 2006).

Portanto, a década de 1990 apresenta como marco, a criação do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente que foi promulgado em Julho de 1990 como Lei 8.069/90 e abrange uma gama de particularidades inovadoras sobre a proteção e os direitos das crianças e dos adolescentes. O grande desafio a partir da sua implementação é a própria efetivação. Neste sentido é importante assinalar a participação do chamado terceiro setor na efetivação das políticas sociais referente à lei, fato que ocorre com evidência a partir da década de 1990 (Gadelha, 2013).

Assim, é possível afirmar que ainda há mudanças a se fazer para que tenhamos aparatos concretos e métodos operacionais que asseverem

plenamente os direitos das crianças e adolescentes, porém há de se reconhecer todos os avanços adquiridos durante os anos, mesmo com as dificuldades dos aspectos históricos da infância do Brasil.

De acordo com Gadelha (2013), o ECA apresenta um grande aparato legislativo:

A partir do ECA, foi implementado um sistema de justiça e de segurança específico para crianças e adolescentes, com a criação de Juizados da Infância e Juventude, bem como Núcleos Especializados no Ministério Público e Defensoria, além de delegacias especializadas, tanto para atendimento de crianças e adolescentes vítimas quanto autores da violência. As delegacias especializadas foram determinantes no processo de visibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes (Gadelha, 2013 p. 7).

O ECA apresenta diversos avanços, destacamos o seu aparato organizacional formado pelos Conselhos dos Direitos com carácter formulador, deliberativo e de controle social das políticas públicas, os Conselhos Tutelares que são espaços formados por representantes escolhidos pela própria comunidade com serviços de atendimento, ouvidoria e fiscalização dos programas sociais.

Podemos analisar que toda a construção de uma importante estrutura jurídica que contemplasse de facto, as crianças e os adolescentes, aconteceu através de um contexto histórico determinante, a partir de lutas sociais e interferências internacionais. Com o ECA que é uma legislação específica e completa, visamos ultrapassar as práticas assistencialistas e assim garantir os direitos da população infanto-juvenil.

CAPÍTULO 3 – O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR NA REALIDADE BRASILEIRA

Contexto histórico

O contexto de globalização mundial nas últimas décadas do século XIX vem se modificando e chega à realidade brasileira provocando grandes mudanças nas relações políticas, sociais, econômicas e nas forças de produção. Instaurando novos padrões na organização e na gestão da força de trabalho. Fato que interfere diretamente nos trabalhos de profissionais das diversas categorias, nas áreas de intervenção e suas metodologias, bem como nas proteções sociais (Netto, 1996).

É importante destacar que as bases de produção da sociedade capitalista, desde a sua expansão vem sofrendo modificações incisivas no seu padrão de acumulação de capital. O padrão de produção do pós guerra é caracterizado pelo ciclo expansionista da economia através do modelo taylorista/fordista que tinha como lógica capitalista oferecer certo poder aquisitivo para a massa trabalhadora no intuito de impulsionar a economia. O estado passava a custear a força de trabalho com produção em massa e o capital. Assim, com a crise da década de 1930, surge a doutrina keynesiana que, em uma estratégia de reversão da crise, vem aliar sua política de expansão do pleno emprego, com os sindicatos de trabalhadores, aos objetivos dos modelos fordistas/ tayloristas. Formou-se uma aliança entre o Estado, as empresas e os sindicatos. E este acordo “Envolveu uma ampliação das funções do Estado no campo das políticas públicas que passaram a dispor de ampla abrangência, permitindo que fosse liberada parcela da renda familiar para consumo” (Iamamoto, 2009 p. 30).

A regulação Keynesiana da economia introduziu ações públicas de serviços sociais que, principalmente nos países de primeiro mundo, viabilizaram feitos na área de bem-estar social, através do chamado Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State (Netto, 2007).

As crises dos padrões fordistas/tayloristas e keynesiano tiveram seu início na década de 1970 com o aumento do preço do petróleo e pela própria

lógica contraditória capitalista, “a recessão generalizada de 1974-1975 ascende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma estratégia política global para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa” (Netto, 2007 p. 215). Assim sendo, acontecem modificações estruturais no Capitalismo, durante o século XX que levam à crise do modelo Fordista/Keynesiano e à implementação do modelo Toyotista/Neoliberal.

Desta forma, o padrão de produção fordista que previa uma larga procriação em massa é sucedida pela produção flexível, “[...] uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informatização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos [...]” (Iamamoto, 2009 p. 31).

Costa (2006) comenta esta mudança no modo de produção da sociedade capitalista que acontece na década de 1970, modificando a definição do papel do Estado no Brasil. Tal Reforma estatal objetiva, principalmente, o corte dos gastos sociais, políticas voltadas para oferecer maior liberdade ao capital, as privatizações, e a desregulamentação da força de trabalho, o que apresenta fortes impactos nas leis trabalhistas e previdenciárias (Costa, 2006).

Este novo modelo acontece por interferência do neoliberalismo que é uma política econômica recriada pelo liberalismo clássico e se apresenta como uma solução para a crise capitalista moderna vindo a acabar com a ordem socialdemocrata, o Estado-Nação e o “Welfare State” (estado de bem estar social) “O mercado será a instância por excelência de regulação e legitimação social” (Montaño, 2001 p. 245).

A lógica neoliberal põe o mercado e o capital como principais eixos da sociedade reduzindo o poder estatal na área social. As ações neoliberais pretendem restringir as relações trabalhistas e os direitos sociais adquiridos, apoiando a flexibilização, através na revolução tecnológica, numa perspectiva de privatização e a diminuição de investimentos sociais, visando a anulação das políticas sociais e assistenciais. Todas essas modificações agravam as expressões da “questão social” conforme afirma Iamamoto (2012 p. 129), “a

modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações de trabalho, radicalizando a questão social”.

A partir deste quadro, de acordo com Yazbek (1995), a sociedade brasileira passa por um processo de refilantropização, no qual não há o reconhecimento de direitos sociais, o esquecimento da luta histórica, substituindo a cidadania por um discurso moral de solidariedade e direitos em detrimento de favores:

[...] Não podemos, no entanto, esquecer que, por sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário, a Assistência Social brasileira carrega uma pesada herança assistencialista que se consubstanciou a partir da “matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas (Guerra, 2000 p. 75).

Historicamente, na realidade brasileira, o favor se configura como forma dominante de mediação nas relações sociais (Iamamoto, 2009). Schwarz (1992) também defende que a formação política brasileira acontece baseada na ideologia do favor, já que a sociedade foi historicamente hierarquizada e marcada pelo autoritarismo, populismos e interesses privados de uma minoria em detrimento das necessidades da maioria pauperizada. Diferente dos países europeus, no Brasil não há uma construção da cidadania e sim uma sociedade sustentada pelas relações de dependência e favor:

No caso brasileiro, as políticas sociais, particularmente pós-64, tem se caracterizado pela subordinação a interesses econômicos e políticos. A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país penetrando também na política social brasileira. Do ponto de vista político as intervenções na política social e, particularmente na Assistência Social, vem se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e a formação de redutos eleitorais (Yazbek 2006 p. 40-41).

O processo do enfrentamento das desigualdades sociais passa a ser tarefa da própria sociedade civil e de uma ação mínima estatal. Configurando a desresponsabilização dos problemas sociais por parte do Estado e revisitando práticas tradicionais de filantropia baseados em pressupostos de moralidade.

Estas ações acontecem com mais força na década de 90, quando o novo modelo econômico se fixa e adota tendências de privatizações em todas as áreas, saúde, educação, previdência. De acordo com Montaña (1999) ao minimizar o poder do estado nestas esferas, é necessário dar respostas, de alguma forma, a todos os serviços sociais e previdências que se tornam fragilizados por exclusão de programas de apoio e políticas sociais, o que interfere diretamente no crescimento acelerado do panorama da pobreza. Tais respostas são transferidas ao chamado “terceiro setor” que vem a oferecer os serviços que deveriam ser de responsabilidade estatal, “gratuitamente”.

A filantropia da contemporaneidade se diferencia da antiga filantropia do século XIX (que usavam se da benevolência e caridade), por ter uma lógica de mercado, por ser uma parceria entre a sociedade civil e o Estado mais organizada de modo a favorecer o sistema, embasada pelo lema da solidariedade:

“A estratégia neoliberal tende, sobretudo, a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social” (Montaña 2007, p. 6).

É fato que questão da refilantropização da sociedade aparece como uma nova possibilidade devido à minimização do poder estatal junto às políticas sociais.

A lógica neoliberal acredita moralmente no poder dos serviços assistenciais. O único problema visto por esta ideologia é que tais serviços

venham a ser direitos universais garantidos pelo estado, fato que atrapalharia o livre poder do capital do mercado:

Porque a tradição do poder do Estado no Brasil tem sido, até os nossos dias, a da captura dessa força frágil, a instrumentalização pelos funcionários das reivindicações populares, frequentemente trituradas na máquina do o e populismo do Estado patrimonialista que adquiriu a extraordinária capacidade de se renovar, de colocar a máscara do novo para preservar o velho (Martins, 1993 p.14).

Numa sociedade dominada pela lógica do mercado, mesmo que haja direitos universais adquiridos após a promulgação da constituição federal, se estes direitos utilizarem parte do capital, interferindo na liberdade de crescimento do mercado financeiro, a constituição precisa ser modificada para atender aos interesses do capital, nunca prevalecendo a democracia dos interesses coletivos.

Este processo de desenvolvimento econômico corrobora com a desigualdade cada vez mais alarmante, bem como com o crescimento do limiar de pobreza e miséria do país.

Conceituando o terceiro setor

Na denominação de terceiro setor, não pertencente a cunho do estado nem ao âmbito mercado, porém de interesse público, estão as ONGS. A nomenclatura “terceiro setor” é advinda dos EUA, “apesar das idéias sobre caridade, práticas filantrópicas e algumas formas de associações voluntárias datarem desde o início da colonização norte-americana, a maneira como ela é institucionalmente praticada atualmente é relativamente nova” (Hall,1994 p. 4) .

Porém este “novo setor” da sociedade é um tema de discussão atual, Montaño (2007) explica que há especulações acerca do surgimento do terceiro setor: Se emergiu nos anos de 1980 pela preocupação dos teóricos capitalistas

em definir o que seria público e privado, nas décadas de 1960 ou 1970 os movimentos sociais e as organizações não governamentais tomaram maior proporção ou se realmente se instaurou no próprio engendramento inicial da sociedade, onde no Brasil existiam as Santas Casas da Misericórdia, por exemplo.

A denominação de “terceiro setor” é estruturada através de partes sociais fragmentadas, numa função neopositivista, no qual tende a excluir os outros setores da sociedade, “como se o 'político' pertencesse à esfera estatal, o 'econômico' ao âmbito do mercado e o 'social' remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista” (Montaño, 2007, p.53).

Toda a complexidade do percurso de instalação deste novo âmbito na sociedade vem em “um movimento de organização da Sociedade Civil que traz à tona sujeitos diferenciados, mas com uma agenda aparentemente comum em alguns pontos: solidariedade, parceria, democracia, autonomia” (Yazbek, 1995 p.2). E a partir disto estreita as relações entre estado e sociedade, uma relação de força e parceria, mas também uma relação de tensão e que necessita debates.

Dentro das organizações que constituem o Terceiro Setor, estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos.

As ONGs e OSCIP apesar de serem primeiramente fundadas por estratégias do mercado aumentam a taxa de empregabilidade, ajudando a baixar a taxa de desemprego. É importante destacar que apesar da nova forma empregatícia ser administrada e premeditada para o funcionamento do neoliberalismo, apresenta uma nova base de empregabilidade para os trabalhadores. Como explica Antunes (1999) “o ‘Terceiro Setor’ não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital” (Antunes, 1999 p. 113).

Como parte do terceiro setor, pode-se afirmar que as ONGs são organizações privadas de interesse público. Apesar de abranger diferentes

significados dentro da sociedade por embasar instituições de origens de naturezas diversas, com estruturas organizacionais distintas, bem como os públicos alvos, os objetivos e objetos de ações. Abarca uma multiplicidade de sentidos, Campos profissionais, clientela, programas e projetos assistenciais, entidades empresariais, arquidioceses, financiamentos do próprio estado etc. Por toda essa multiplicidade:

O debate em torno das ONGs e, conseqüentemente, da atuação do Serviço Social neste campo, envolve temas como a relação Estado – sociedade civil, participação social, projetos de sociedade, conflitos de interesse, representatividade, autonomia, novas dinâmicas e formas de fazer política, capacitação e formação dos sujeitos sociais e financiamento das ações (Lima, 2011 p. 38).

A concepção mais definida das organizações não governamentais teve base com a criação da constituição de 1988 na qual uma série de direitos sociais foram garantidos e diversos conceitos em relação a eles definidos.

Apoiado nestes avanços legitimou-se a LOAS - lei orgânica de assistência social, na qual consta, com mais propriedade, a identidade das ongs e sua função mais definida no Estado. Através da LOAS, a relação entre serviço social e ONGs passa a ser mais fundamentada, mesmo dentro de uma trajetória conflituosa e dinâmica:

É importante-lembrar que a LOAS é resultado de um amplo movimento da sociedade civil organizada, é resultado de mobilizações e negociações que envolveram fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários dos serviços de assistência social como idosos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, trabalhadores do setor, universidades, ONGV e outros setores comprometidos com os segmentos excluídos da sociedade.' Inegavelmente, a LOAS introduz um novo significado para a assistência social, diferenciando-a do assistencialismo, e situando-a como política de seguridade voltada à extensão da cidadania social aos setores excluídos e mais vulnerabilizados da população brasileira. (Yazbek, 1995 p. 12)

Ao ser implantada a Loas preconiza a ação estatal como centro para a garantia e efetiva de direitos e viabilização dos serviços sociais especializados. Pretende a associação entre o econômico e o social, a participação ativa da população que estabelece órgãos, conselhos para cada estado e conselhos mais particulares para cada município, o que descentraliza os poderes.

Entre estes está a política nacional de assistência social pertencente ao conselho nacional de assistência social CNAS que visa regularizar todas as ações de assistência social, sejam elas de cunho público e/ou privados, bem como avaliar e lançar novas condutas através de conferências nacionais (Yazbek, 1995).

Pouco mais adiante o governo implanta o Sistema único de Assistência Social – SUAS:

[...] cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS, 2004, p. 40).

O SUAS materializa o que está contido na LOAS, com o objetivo de aplicar as exigências da lei para a promoção dos direitos de cidadania e inclusão social.

O trabalho do Serviço Social nas ONGs

Ao explicar que atualmente dentro destes espaços governamentais de vinil público, vivenciamos uma tensão através da luta pela promoção dos direitos e a mercantilização dos atendimentos sociais, lamamoto (2012) nos alerta para uma reflexão crítica da prática profissional do serviço social nas esferas do terceiro setor, defendendo um debate urgente acerca dos limites e possibilidades, bem como da reformulação das práticas e métodos, onde o profissional possa atender às demandas baseado na ética profissional.

No Brasil, a trajetória de nascimento e profissionalização do serviço social acontece paralela ao surgimento do terceiro setor e, portanto, das organizações não governamentais. A busca de firmar a identidade do serviço social é um processo histórico que perpassa por estruturas sociais e políticas contraditórias e transformações no estado que se mostram inerentes ao processo de definição e redefinição das suas naturezas.

Conforme Netto (2006), o serviço social nasce como profissão dentro das contradições capitalistas e no trato da “questão social”, através de uma trajetória histórica determinante e da ordem monopólitica vigente, onde ocorreu a alternância na dinâmica social e nova funcionalidade do estado. O serviço social adentra a esfera econômica para que as políticas sociais o utilizem como repostas a “questão social”.

Iamamoto (2009), conceitua a Questão Social sendo:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2009 p. 27).

e recoloca que a profissionalização do serviço social tem como base a própria questão social. E assim, como a questão social sofre transformações com a sociedade atual, o serviço social também precisa estar em atualização com as novas demandas.

Compreende-se que a questão social seja desencadeada com a revolução industrial, com o início do modelo de sociedade capitalista, enraizado sistema de produção, nas relações antagônicas existentes capital e trabalho. Deste modo, a questão social está ligada ao desenvolvimento da classe trabalhadora inserida nos modos de produção capitalista (Netto, 2004).

Para compreender e enfrentar a “questão social” é preciso identificar a conjuntura política e econômica da sociedade, as relações de poder, as crises econômicas e os processos de exclusão e de luta da classe trabalhadora.

Neste sentido, a sociedade neoliberal atual, como já visto tem o cerne de minimizar cada vez mais o Estado nas responsabilidades sociais para que o capital se torne central, transfere a “a questão social” ao terceiro setor a fim de garantir o objetivo do sistema:

O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do setor, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (Montaño, 2002 p.12).

Portanto, é de suma importância a compreensão de que o “terceiro setor” utilizado como um mecanismo de estratégia neoliberal tem o objetivo de legitimar o sistema, desestruturando todo o aparato de seguridade social pelo estado e dando respostas individuais, fragmentadas e não mais coletivas as expressões da “questão social”, o que redireciona lutas sociais, numa aparente melhoria das desigualdades e que torna o sistema neoliberal mais aceito.

Esse referencial crítico em relação à sociedade do capital depurou-se e atualmente busca assegurar valores que se dirijam à legitimação de práticas que contribuam para a construção de uma nova ordem societária, uma ordem cuja lógica não seja a contradição gênero/indivíduo e tampouco o primado da mercantilização na vida social (Forti, 2013 p. 105).

Desta forma, o movimento do serviço social como profissão ambiciona desenvolver uma reflexão sobre o conservadorismo numa tendência a ruptura das tradições excludentes, construindo a partir de um mecanismo político, normas e leis que definam a profissão.

De acordo com Lima (2011) todo o debate acerca da classe trabalhadora, da sociedade civil, do estado e das ONGs deve sempre estar associada à estrutura histórica, compreendendo os conflitos e interesses sociais existentes. Todas essas questões sobre relações sociais, cultura e política, economia de mercado, são essenciais para decifrar as novas demandas e expressões da sociedade contemporânea.

Neste contexto, a partir da transição da seguridade social e serviços sociais direcionada ao terceiro setor, ocorrem mudanças drásticas no ambiente profissional do serviço social, modificando as relações de trabalho, transferindo o local físico de atuação, reordenando as atribuições e requerendo novas habilidades técnicas e metodológicas.

Durante todo o período pós industrial, o serviço social se estruturou nas relações sociais capitalistas e foi formado como uma especialização do trabalho coletivo (Iamamoto, 2009).

Como já foi mencionado, historicamente o serviço social nasce como profissão associada a “questão social” que se modifica de acordo com a dinâmica social. No processo histórico de iniciação da profissão, a atuação profissional era baseada no sistema de proteção social, nos direitos do trabalho e num modelo de regulação social. De acordo com Marshall (1967), a partir do Welfare State foi instituída uma concepção de cidadania, decorrente da chamada proteção social e originando –se os direitos sociais, políticos e civis. Com a teoria econômica keynesiana, o Estado ficou responsável pelos sistemas sociais e econômicos. O período fordista-keynesiano se caracterizaram por uma grande atuação estatal no mercado e nas funções sociais instituiu os direitos trabalhistas, salários direitos e indiretos e uma base de garantia referente a setores da sociedade como saúde, habitação, cultura etc. politicamente houve um visível “equilíbrio” entre as classes, dando a sensação do chamado “bem estar social” (Bihar, 1998).

Netto (2004) comenta que, com base nisto, a dinâmica social entre a acumulação de capital e os dos direitos sociais foi relativamente equilibrada. O Estado intervinha na “questão social” por meio das políticas sociais, e tal atuação era expressa de forma coletiva. E foi neste contexto que se originou o ambiente social para o mercado de trabalho do serviço social, vinculado as estas demandas sociais formadas pelo processo histórico e por instrumentos operativos advindos das políticas sociais.

Todas as modificações que ocorrem historicamente, no sentido de oferecer solução à questão social, interferem em novos espaços de atuação profissional para o serviço social. Ao reordenar as políticas públicas, a partir da minimização do poder do estado nas demandas e a refilantropização da questão social, a ideologia neoliberalista com as tendências de privatizações modifica a função estatal, através da desresponsabilização e transferência do enfrentamento das questões sociais para o “terceiro setor”. Tal transferência reorienta a profissão tanto no campo profissional, como na sua metodologia e forma de atuação e no tipo de vínculo empregatício (Montaño, 2002).

O trabalho do assistente social configura-se a partir de realidades, funções, resultados diferentes, o que faz com que o significado do seu agir deva ser baseado em novas técnicas e teorias. Pelos espaços do terceiro setor serem muitas vezes organizações sociais de ajuda, existe um alerta para que a profissão não retorne à praticas de solidariedade e filantropia, vistas no início. O que descaracteriza os avanços com os processos de reconceituação, bem como de profissionalização da classe. “A profissionalização do serviço social não se relaciona decisivamente com a “evolução da ajuda, a “racionalização da filantropia”, nem a “organização da caridade”, vincula-se com a dinâmica da ordem monopólica (Netto, 2006 p. 73).

Tendo em vista a refilantropização mercantilizada, segundo Iamamoto (2005) há uma tensão entre a mercantilização dos atendimentos sociais e a defesa dos direitos sociais.

A refilantropização é caracterizada pela mercantilização do próprio enfrentamento da questão social.

As empresas que financiam as ONGs exigem resultados de seus investimentos (relatórios, pesquisas de impactos etc.), que posteriormente possam ser utilizados para marketing social, vinculando imagens e discursos na órbita da questão social para a venda de suas mercadorias. Nesse sentido, o elemento novo da "filantropização" no momento atual seria o aprofundamento da transformação da racionalidade do caráter humanitário em mercadorias (Lima, 2011 p.39).

De acordo com Silva (2009) a atuação nas ONGs deve obedecer a toda a legislação social vigente. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993 garante a assistência social como um direito de todos os cidadãos, propõe o regulamento das ONGs, fazendo com que os utentes atendidos nestes espaços tenham os atendimentos garantidos como direitos e não como uma prática assistencialista de caridade. É papel das ONGs estarem enquadradas na legislação social (Silva, 2009).

Em outra esfera o profissional de serviço social perde espaço na área de atuação pública. Com a redução do estado no lidar com as questões sociais e, portanto, a diminuição de políticas sociais esferas onde atua o profissional, a reorganização do aparato social do estado fez com que o mercado de trabalho do serviço social fosse direcionado a outras esferas, incluindo as ONGS. De acordo com Netto (1996) este novo mercado de trabalho oferece riscos, no que diz respeito às multitarefas e pouca clareza na concepção das ações, podendo utilizar-se o assistente social para responder demandas muitas vezes não exclusivas do profissional, nem presentes no código de ética profissional. Tornando o profissional polivalente, precariza-se o trabalho do serviço social.

Serra (2000) completa este mesmo pensamento quando explana a questão dos vínculos de emprego nas ONGs, podendo ser caracterizado por vínculos frágeis, com salários e jornadas de trabalhos reduzidos.

Novas atribuições são demandadas aos profissionais e, portanto, novas competências exigidas, como por exemplo, liderar a gestão de programas e

projetos sociais, o que necessita de conhecimentos de planejamento. Segundo lamamoto (2009), verifica-se:

[...] um crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como família, habitação, criança e adolescente, educação, violência, relações de gênero etc. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando a ampliação do quadro de funcionários públicos. (lamamoto, 2009 p. 126)

A partir disto, há a necessidade de novos domínios de conhecimento, bem como reformulação de novas práticas metodológicas para responder às diferentes requisições e ao mesmo tempo a incerteza no âmbito do trabalho e o sobrecarga de atividades impostas.

Consoante explicitado por Wieczinsky & Ronconi (2010), o terceiro setor para o Assistente Social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nas ONGs . Estando atentos para que a atuação não seja baseada somente numa execução de tarefas referentes aos programas ou projetos e sim pensar além e produzir ou propor as próprias políticas públicas que darão respostas às questões sociais.

A intervenção profissional baseada no Código de Ética Profissional

Na década de 1980 com as contradições entre as crises cíclicas na economia mundial e os avanços avindos da promulgação da constituição federal, foi o campo político que serviu de base para a definição do projeto ético político do Serviço Social no Brasil. Os debates acerca da ética dentro da profissão ganhavam forças, na tentativa de romper as práticas conservadoras e de neutralidade, bem como refletir sobre que bases filosóficas que norteariam a profissão. De acordo com Silva (2002) o desenvolvimento concreto do projeto ético político, acontece na década de 1990, num cenário nacional favorável

ocasionado pelo fim da ditadura e início da democracia. As diretrizes norteadoras do projeto se consolidaram a partir do Código de ética Profissional do Assistente social, de 1993, introduzido pela lei de regulamentação da Profissão de Serviço Social (Iamamoto, 2009).

Os projetos profissionais [inclusive o projeto éticopolítico do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (Netto, 1999 p. 95).

De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 225) o projeto se materializa a partir de princípios e valores históricos, éticos e políticos que se expressam na realidade social. Através de determinados fatores: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, as instâncias político-organizativas da profissão, as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico política da profissão.

O maior desafio, como afirma Iamamoto (2009) é utilizar toda esta bagagem teórica-metodológica na prática cotidiana, e que ela possa ocorrer sempre de forma reflexiva e atenta aos objetos de estudo e ação permeados no projeto da profissão, bem como garantidos no Código de Ética profissional. Segundo a Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão (Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais-CFESS Brasil, 1993) alguns dos Princípios fundamentais do agir profissional são:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual (Lei 8.662, 1993).

A partir dos princípios fundamentais nasce o Projeto profissional que de acordo com o CFESS (1993):

É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (CFESS Brasil, 1993 p. 3).

De acordo com Netto (1999) toda a efetivação dos pressupostos teóricos e éticos contidos no projeto profissional e materializados no Código de ética Profissional, só acontecerá na prática cotidiana profissional a partir do permanente aperfeiçoamento intelectual, através de uma formação acadêmica de qualidade que seja baseada em referenciais consistentes de uma teoria e metodologia que suscitem a análise crítica e que assegurem uma reflexão e atuação competente.

CAPÍTULO 4 – FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Problema de pesquisa e objetivo

O problema da pesquisa aqui apresentada consiste em compreender como a atuação do Serviço Social poderá trazer resultados qualitativos e quais as dificuldades enfrentadas para que esta atuação aconteça baseada no seu Código de Ética Profissional (Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão), face aos limites presentes numa Organização não-governamental (Movimento Pró-Criança) que oferece proteção e atividades às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, na cidade do Recife-Brasil.

O Objetivo consiste em analisar as possibilidades de atuação do assistente social no enfrentamento das questões relacionadas a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, através dos limites existentes numa ONG, em uma comunidade pobre no Brasil.

Nos objetivos específicos pretende-se perceber primeiro, quais são os limites existentes na ONG que possam impedir que a atuação do assistente social esteja baseada no Código de Ética Profissional.

No segundo objetivo específico, pretende-se identificar quais as possibilidades de atuação. Se há atuações criativas por parte dos profissionais de serviço social da ONG, no intuito de superar os limites institucionais impostos para agir de acordo com o projeto profissional.

No terceiro e último objetivo específico visamos analisar como ocorre a atuação dos assistentes sociais nos casos específicos de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes atendidos pela ONG.

Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa de cunho descritivo. Por ser mais adequada ao objeto de investigação: a atuação do Serviço Social em uma ONG com ações voltadas à prevenção da vulnerabilidade social na infância e na adolescência.

De acordo com Novena (2008) a pesquisa qualitativa permite que o investigador mantenha o foco em elementos que sejam significativos nas situações que são apresentadas. Assim, pode refletir e decifrar os aspectos da realidade a sua volta, mesmo estando inserido nela. Há uma interação mútua do campo de pesquisa e do pesquisador, sem haver neutralidade “*pois ele atribui significados, seleciona o que do mundo quer conhecer, interage com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo*” (Novena, 2008 p. 3).

Com base em Gil (2007) a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post-facto.

Esta investigação foi desenvolvida na perspectiva de um estudo de caso. Segundo Yin (2005), o estudo de caso, assim como qualquer outra pesquisa é organizado a partir de um pequeno número de quesitos, mas relata que nessa forma de investigação, as questões sobre relações complexas se sobressaem. Há grande relevância na identificação para distinguir os estudos de casos das outras formas de pesquisa nas ciências sociais. Para se obter essa distinção é necessário observar as questões de interesse do estudo de caso. A partir disto, entendemos o estudo de caso como uma pesquisa que tem o objetivo de investigar um dado fenômeno, na contemporaneidade, dentro de seu contexto natural e utilizando diversas formas de evidência.

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso, enquanto estratégia de pesquisa é utilizado para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo.

Há diversas aplicações para os estudos de caso. Dentro de um período limitado de tempo é preferível que seja realizado por apenas um pesquisador, na

garantia que o estudo ocorra de forma aprofundada.

Este método funciona positivamente para investigações de fenômenos, onde há vasta diversidade de fatores. A partir das possíveis aplicações dos estudos de caso é possível identificar suas vantagens que são advindas da sua flexibilidade, multiplicidade, dimensões diversas de um dado problema, facilidade nos procedimentos e permite uma análise aprofundada nestes processos e nas suas relações.

Modelo de análise

Na contemporaneidade é crescente a realidade do terceiro setor face às questões de vulnerabilidade das crianças e adolescentes, do mesmo modo que este configura-se como um grande campo de atuação do Serviço Social.

O caminho percorrido para desenvolvimento da presente pesquisa partiu do levantamento acerca da qualidade do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social numa ONG de combate a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Na investigação, a construção do modelo de análise ocorre através do problema de pesquisa encontrado e a forma de esclarecimento do mesmo, num campo definido para a análise Campenhoudt & Quivy (2005).

Desta forma, o modelo de investigação foi desenvolvido através do aprofundamento dos conceitos relativos à vulnerabilidade social, delimitamos os contextos históricos brasileiros referentes à problemática, depois enquandramos referenciais históricos da criança e do adolescentes e os marcos legais.

Por fim, buscamos contextualizar o Serviço Social nas mudanças sociais ocorridas no cenário brasileiro, afim de identificar as limitações e as possibilidades profissionais dentro das ONGs.

O processo de investigação foi concretizado no MPC, onde realizamos análises documentais, entrevistas semiestruturadas e análise de casos. Na figura 1 estão presentes os conceitos, as dimensões e variáveis do modelo de análise:

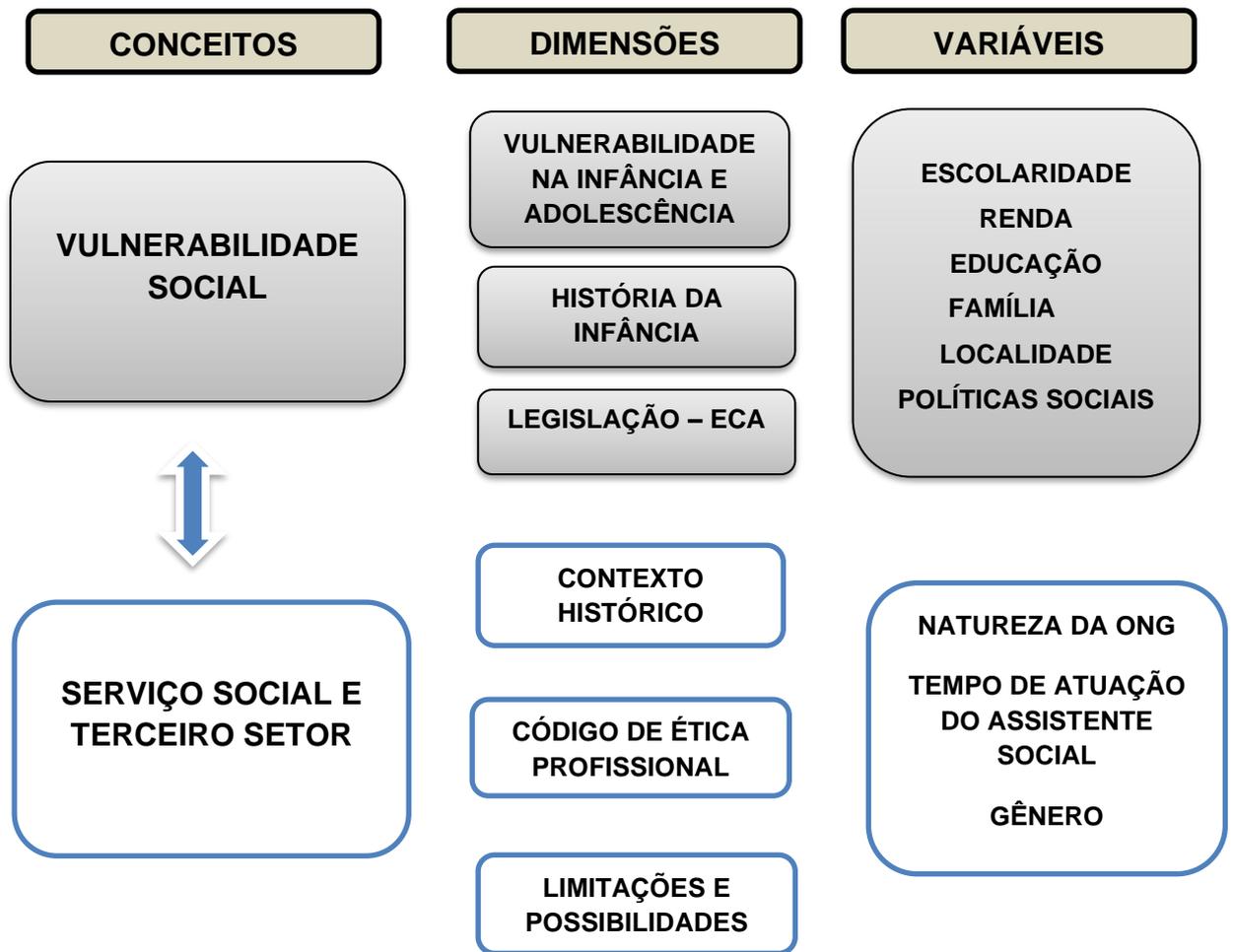


Figura 1 – Conceitos, dimensões e variáveis

Na tabela 1 podemos compreender os eixos presentes no modelo de análise em questão:

Eixos do Modelo de análise		
Eixo teórico	Eixo documental	Eixo operacional
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aspectos conceituais ✓ Revisão de literatura ✓ Pesquisa documental ✓ Conceitos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Caracterização da ONG -Movimento Pró criança ✓ Missão do MPC ✓ Análise documental ✓ Projetos e programas do MPC ✓ Relatórios de atividades gerais ✓ Relatórios do setor psicossocial 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevistas semiestruturadas ✓ Diário de campo ✓ Reuniões

Tabela 1 – Eixos do Modelo de análise

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa documental e na segunda etapa foram realizadas entrevistas.

Na primeira etapa, inicialmente entramos em contato com o diretor da ONG que nos orientou a participar de uma reunião de apresentação do relatório das ações realizadas no ano de 2017. Posteriormente, tivemos acesso a este relatório, fornecido pela coordenadora de projetos. Bem como, acesso a outros documentos, sobre os quais realizamos uma pesquisa documental. A pesquisa em questão apresentou o período temporal de um ano (2018-2019).

Por pesquisa documental entendemos que esta caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes,

gravações, entre outras matérias de divulgação (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). O uso de documentos para a pesquisa traz uma riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (idem). Além disso, a etapa documental pode complementar a pesquisa, subsidiando dados encontrados por outras fontes, no sentido de corroborar a confiabilidade dos dados (Martins & Theophilo, 2009).

Nesta investigação foram analisados os seguintes documentos do MPC:

- Relatório de atividades geral (2016, 2017 e 2018);
- Relatórios psicossocial (2018-2019);
- Projeto Núcleo de inclusão digital NID.

A entrevista utilizada foi do tipo semiestruturada, que tem como característica a forma mais livre no qual o entrevistado pode responder as perguntas sobre assunto da sua maneira, porém sem perder a linha do roteiro. De acordo com May (2004) a entrevista semiestruturada possui um roteiro preestabelecido, assim como a estruturada, o ponto de divergência entre elas é que na semiestruturada há como adicionar questionamentos em campo (enquanto está ocorrendo a entrevista), sem que se perca o foco, porém que se tenha a flexibilidade nas respostas.

De acordo com Triviños (1987) a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (Triviños, 1987 p. 152). Além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

A presente pesquisa utilizou a triangulação metodológica por utilizar diferentes instrumentos como: as entrevistas semiestruturadas, análises documentais e análises de casos.

Participantes na pesquisa

O MPC por se tratar de uma ONG pertencente ao terceiro setor é atualmente um local indetificado como um crescente campo de atuação profissional do Serviço social, especificamente no enfrentamento à vulnerabilidade de crianças e adolescentes no Brasil. Foram portanto, realizadas entrevistas com as duas assistentes sociais do espaço, ambas com sete anos de atuação na ONG e ambas residente das proximidades do bairro dos coelhos.

Nesta investigação, entrevistamos individualmente as duas assistentes sociais do MPC. As entrevistas ocorreram no primeiro semestre de 2019, segundo a disponibilidade das assistentes sociais. A fim de proporcionar maior liberdade nas respostas, primamos por estabelecer uma relação de confiança para que a comunicabilidade ocorresse de maneira satisfatória. Ambas entrevistadas foram informadas do objetivo e tema da dissertação, bem como os procedimentos metodológicos utilizados. Cada entrevista durou aproximadamente 25 a 30 minutos e foram gravadas.

Ressalta-se que para preservar a identidade das assistentes sociais, elas foram nomeadas por: Assistente Social 1 (AS1) e Assistente Social 2 (AS2). O roteiro da entrevista conteve os seguintes elementos:

1. Tempo de atuação das assistentes sociais no MPC;
2. Percepções das assistentes sociais sobre as contribuições (impactos positivos) do Serviço Social dentro do MPC;
3. Indicação das maiores dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social dentro do MPC.
4. Sondagem sobre as limitações encontradas cotidianamente no trabalho que dificultam ou impedem a atuação baseada no código de ética profissional.
5. Identificação de intervenções criativas do Serviço Social do MPC para a resolução de problemáticas dos utentes.

O roteiro assim elaborado teve como objetivo captar as informações de relevância sobre os limites e possibilidades que o serviço social enfrenta no espaço institucional, as relações interpessoais e profissionais estabelecidas com os profissionais de outras áreas (mais especificamente da psicologia). Bem

como, compreender a possibilidade do profissional utilizar de práticas inovadoras e criativas, mesmo diante das eventuais barreiras e ações técnicas que ocorrem no cotidiano do trabalho dentro da ONG.

Também destacamos o uso de diário de campo nas duas etapas da pesquisa, levando em conta que as anotações de campo são informações importantes que podem complementar a pesquisa (Triviños, 1987). O diário de campo é basicamente um Instrumento de anotações do investigador, no qual consta anotações, observações, comentários e reflexões que ache pertinente relacionadas ao tema da pesquisa e que não constem nas entrevistas e análises formais. Por ter a possibilidade de uma escrita mais flexível, foi possível fazer anotações informais e individuais acerca do local, das falas registradas nas entrevistas, o que contribuiu nos resultados das análises.

A análise do material coletado nos documentos seguiu os seguintes critérios:

- Levantamento dos programas e projetos da ONG e seus objetivos;
- Levantamento do números de crianças e adolescentes e demais beneficiários dos programas e projetos da ONG;
- Evolução do quadro de atendimento da ONG no período de 2016 a 2018.

A análise do material coletado nas entrevistas foi subsidiada pelo plano de trabalho das assistentes sociais, ao qual tivemos acesso no decorrer das entrevistas e pela busca de outras fontes de informação sobre alguns aspectos mencionados pelas entrevistadas. Por exemplo, sobre os serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Recife-Brasil.

Questões éticas da pesquisa

Ao realizarmos reuniões dentro da ONG, foram explicitados o tema e objetivos da pesquisa para que os diretores, coordenadores e profissionais de serviço social pudessem compreender todo o trabalho. Podemos participar também, de reuniões internas dos coordenadores do MPC, sempre utilizando a confidencialidade.

Com o total consentimento de um dos diretores do MPC, bem como de alguns coordenadores, foram-nos fornecidos materiais internos do MPC referentes ao ano de 2016, 2017 e 2018 com os quais podemos realizar a análise documental.

As entrevistas semiestruturadas acontecerem com o consentimento prévio e informado através de documento preenchido pelas duas assistentes sociais e pela esfera da confidencialidade garantiremos o anonimato de ambas, associando os seus nomes a: AS1 e AS2. “O pesquisador deve se comprometer formalmente, quando da sua divulgação dos resultados do projeto, com a preservação do anonimato dos participantes do estudo. Isto inclui a não utilização de iniciais, números de registros em instituições outras formas de cadastros” (Franciscone & Goldim, 2001 p.3-4).

Os procedimentos éticos nos forneceram estrutura para que a pesquisa fosse realizada com maior liberdade e mais confiança entre as partes. Todos os princípios éticos da pesquisa fornecem a proteção, os direitos, a dignidade e o bem estar dos envolvidos (Barker, Pistrang, & Elliott, 1995).

Contexto da pesquisa

O estudo de caso foi desenvolvido na ONG “Movimento Pró-Criança”, no bairro dos Coelhos na cidade do Recife-Brasil. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), no período de 2000 a 2015, o Recife registrou aumento na taxa de vulnerabilidade social. Conforme os indicadores demonstrados na figura 2:

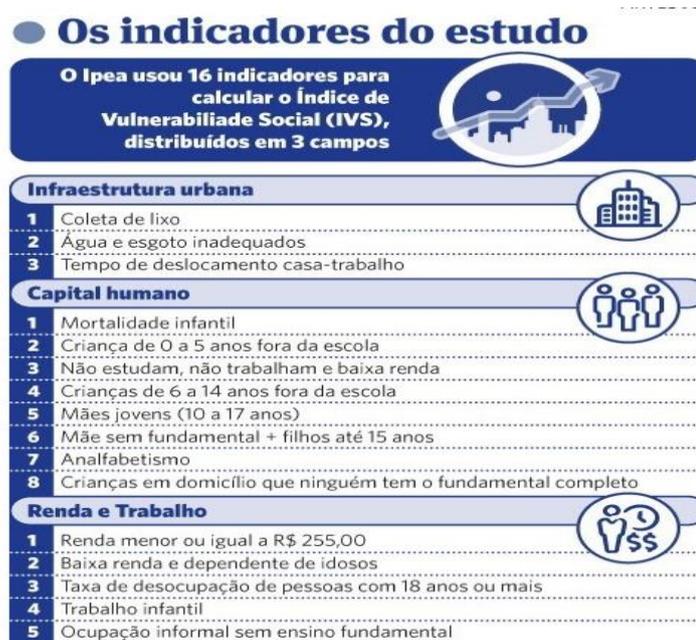


Figura 2: Indicadores do IPEA.
Fonte: IPEA, 2017.

Entre as dez metrópoles brasileiras analisadas, a do Recife com aproximadamente 4 milhões de habitantes, demonstrou crescimento de 16,3% nos indicadores que medem a vulnerabilidade social (figura 2).

Em particular, escolhemos a região do bairro dos Coelhos para realização desta investigação, por esta ser uma região com grande vulnerabilidade social no Recife.

O bairro dos Coelhos está situado na região central do Recife (localizado a uma distância de 2,15 Km do Marco Zero do Recife) e possui uma área territorial de 43 hectares. Este bairro, apesar de pequeno (Figura 3) possui onze subdivisões não oficiais demarcadas pelos próprios moradores.



Figura 3: Região do bairro dos Coelhos em Recife -PE.
Fonte: Neto (2016).

Dentre as subdivisões (figura 3) estão as comunidades denominadas de Roque Santeiro I, II e III, Vila Nova consideradas umas das mais pobres. Trata-se de um aglomerado de habitações como barracos de madeira e palafitas construídas pelos próprios moradores. Já o Sete, a Requipe e a Campina dos Coelhos são comunidades com maior infraestrutura, tendo praças, postos de saúde e até uma lavanderia comunitária. Já a comunidade denominada Campinho, exatamente por ter em suas proximidades um campo de barro, é um local atrativo e costuma ser usado para praticas esportivas, jogos e socialização entre os moradores (Neto, 2016).



Figura 4: Palafitas na região dos Coelhos em Recife. Fonte: Neto (2016).

As palafitas (figura 4) são formas precárias de habitação, pela miséria e falta de um adequado ordenamento urbano da cidade do Recife. A partir deste quadro, as populações ribeirinhas constroem de forma arriscada e com poucas condições, as palafitas que são construções em madeira, suspensas por estacas às margens do rio. Além de estarem suscetíveis às cheias, fortes chuvas, bem como a falta de saneamento básico nos locais. Pelas suas instalações elétricas e de gás feitas de forma precária e sem nenhuma fiscalização, além das próprias condições de miséria e também por ser um local de grande periculosidade devido à inserção do tráfico de drogas, a vida dos moradores desta região está sempre em situação de vulnerabilidade e risco social.

A região dos Coelhos (figura 5) retrata a existência nítida dos contrastes sociais presentes na cidade, pela pobreza das comunidades carentes (popularmente chamadas de favelas) ao lado de luxuosos prédios empresariais. O bairro vizinho, Ilha do Leite, por exemplo, a poucos metros dos Coelhos, possui o maior pólo de hospitais privados do Norte e Nordeste, contrastando-se com as ruelas de acesso às comunidades pobres inseridas nesta região. Onde podemos encontrar construções de palafitas próximas ao rio Capibaribe (Neto, 2016).



Figura 5: Contraste social na região dos Coelhos em Recife.
Fonte: Neto (2016).

Devido às condições precárias das palafitas e instalações elétricas, a região dos Coelhos é bastante suscetível à ocorrência de incêndios. Nos anos de 2005, 2013 e 2014, ocorreram grandes incêndios nas comunidades de Roque

Santeiro e Campina.



**Figura 6: Incêndio na comunidade Campinas - Região dos Coelhos.
Fonte: Neto (2016).**

O último incêndio em agosto de 2014 (figura 6), amplamente divulgado na imprensa, chegou a atingir o prédio do Movimento Pró-Criança (MPC) e destruiu cerca de 60% da unidade, o que fez esta voltar a funcionar somente em 2016.



**Figura 7: Incêndio no prédio do MPC em 2014.
Fonte: G1 – Globo on-line (2014)**

A população do bairro dos Coelhos é de 7.633 habitantes residentes em 2.232 habitações, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Deste total, 53% são mulheres e as crianças e adolescentes entre 0-14 anos representam 31,25%.

A educação através das escolas é bem limitada no bairro, tendo este apenas a Escola Municipal dos Coelhos que oferece durante o dia, o ensino

fundamental e à noite a EJA – Educação para Jovens e Adultos. Contudo, é possível encontrar outras escolas em bairros vizinhos ou situados próximos aos Coelhos, como é o caso da Escola Pública Estadual Manoel Bandeira, que fica na fronteira dos Coelhos com o a Ilha do Leite e a Escola Municipal Pedro Augusto e o Colégio Estadual Oliveira Lima, localizadas no bairro da Boa Vista.

Uma das maiores problemática que o bairro apresenta é a baixa oferta de creches, pois possui apenas a Creche Municipal Vovô Artur e, diferentemente das escolas, não há alternativas em bairros vizinhos ou locais próximos. (Neto, 2016)

O Movimento Pró-Criança (MPC) se configura neste cenário como uma entidade sem fins lucrativos, ligada à arquidiocese de Recife, fundado em 27 de julho de 1993, pelo então arcebispo D. José Cardoso Sobrinho.



Figura 8: Prédio do MPC. Fonte: arquivo da autora

A missão da ONG Movimento Pró Criança - MPC (figura 8) é apresentada como:

Promover o direito à cidadania de crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade, na jurisdição dos municípios que compõem a Arquidiocese de Olinda e Recife, através de educação complementar (à dada nas escolas) e da oferta e oportunidade de inclusão social. O que impulsionou a iniciativa da sua fundação foi o grande número de crianças e adolescentes em situação de miséria e a necessidade de unir esforços para mudar esta realidade (MPC, 2018).

O MPC destaca-se por realizar um apoio sociopsicopedagógico. E é formada por uma equipe multidisciplinar, com profissionais das áreas de

pedagogia, psicologia, assistência social, educação física, além de arte-educadores e instrutores.

O atendimento é feito por meio de ações socioeducativas que são realizadas em diferentes espaços buscando promover a aprendizagem em seus quatro pilares: o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a aprender com o objetivo de contribuir ao processo de formação da cidadania de forma integrada, tendo em vista o desenvolvimento global de cada indivíduo.

CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Resultados da primeira etapa: análise documental

Pela análise documental dos relatórios da ONG e pelo diário de campo foi possível identificar as ações sociais desenvolvidas pelo MPC. Estas ações são organizadas em dois eixos:

- **Educação e Cidadania:** integra um conjunto de ações que visam a transformação humana em todas as suas dimensões- intelectual, física, emocional, social e cultural.
- **Qualificação profissional:** preocupa-se com a visão de futuro, projeto de vida e inserção de adolescentes jovens no mundo do trabalho, garantindo, assim, uma grande oferta de cursos livres de qualificação profissional, cujo objetivo principal é proporcionar a descoberta ou o aprimoramento de habilidades, que possibilitem executar funções específicas, demandadas pelo mercado de trabalho.

No eixo **Educação e Cidadania** se inserem: o Programa de Educação para o desenvolvimento Humano, através da Arte e do Esporte e os projetos: Alfa 90; Nenhum Leitor a Menos; Tecendo e Pintando a vida; Mãos de Mães e Familiart.

Os objetivos desse projetos são:

- **Programa de Educação para o desenvolvimento Humano, através da Arte e do Esporte:** além das atividades artísticas (artes visuais, dança e música) e esportiva (judô), ele disponibiliza várias ações complementares, dentre elas, contagem de histórias, letramento, humanidades e recreação; além do acompanhamento pedagógico e psicossocial.
- **Alfa 90:** alfabetizar crianças e adolescentes, desenvolvendo as habilidades necessárias à leitura e escrita, por meio de uma abordagem pedagógica, voltada para o método sintético da aprendizagem (alfabético e fônico), em conjunto com atividades lúdicas que possibilitam uma alfabetização prazerosa, num período de 90 dias.
- **Nenhum Leitor a Menos:** possibilitar acesso ao desenvolvimento da leitura e escrita, para os educandos que apresentam dificuldades nessas

áreas. A metodologia adotada incentiva à prática de novos hábitos de leitura, observando o contexto escolar e o meio social, no qual os alunos estão inseridos.

- **Tecendo e Pintando a vida:** estabelecer um elo mais forte com os responsáveis dos beneficiários e da própria comunidade.
- **Mãos de Mães:** incentivar e preparar as mães dos beneficiários e mulheres das comunidades, para o mercado informal do artesanato, por meio de teorias e práticas artísticas e aprimoramento de técnicas diversas e criação e produtos; visando à geração de renda e o empoderamento das participantes.
- **Familiart:** capacitação de pessoas, através do artesanato sustentável visando à geração de renda e o desenvolvimento das competências socioemocionais dos participantes

Eixo Educação e Cidadania

No ano de 2018, podemos ver o número de crianças e adolescentes atendidas por cada projeto:

Projeto	Público alvo	Quantidade de beneficiários
Programa de Educação para o desenvolvimento humano	crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, podendo estender a faixa etária, de acordo com as ações de cada projeto.	260
Alfa 90	crianças e adolescentes 8 a 15 anos	24
Nenhum Leitor a Menos	aberto à comunidade	113
Tecendo e pintando a vida	crianças e adolescentes	22
Mãos de Mães	mães dos beneficiários e mulheres de comunidades próximas	40
Familiart	mãe dos beneficiários e pessoas de comunidades próximas	155
	total	614

Tabela 2 – Mapeamento dos projetos no ano de 2018 – Eixo Educação e Cidadania

De acordo com a tabela 2 podemos visualizar que no eixo **Educação e Cidadania** o "Programa de Educação para o desenvolvimento humano" foi o que teve o maior número de beneficiários. No ano de 2018, no "Programa de Educação para o desenvolvimento humano" foi destaque a conquista de 260

medalhas de seus beneficiários (sendo 117 de ouro, 68 de prata e 75 de bronze) na fase final da competição estadual de judô.

No eixo **Qualificação Profissional** os projetos são os seguintes: Núcleo de Inclusão Digital (NID); Coletivo Jovem e Decolando na Arte e na Vida.

Os objetivos desses projetos se configuram como:

- **Núcleo de Inclusão Digital (NID):** capacitar os participantes, através de cursos de curta duração, na área de tecnologia da informação. Tem como meta promover a inclusão digital, com oferta de cursos, oficinas, treinamentos e outras atividades formativas.
- **Coletivo Jovem:** empoderar jovens, por meio da capacitação, valorização da autoestima e conexão com novas oportunidades de geração de renda.
- **Decolando na Arte e na Vida:** capacitar adolescentes e jovens em artes gráficas (serigrafia), artes plásticas/artesanato, recepcionista e auxiliar administrativo (tendo como atividades complementares, grupo informativo, informática - como forma de inserção no mercado de trabalho, de inclusão sociocultural, de geração de renda, de elevação da autoestima, de conquista da qualidade de vida e do desenvolvimento de habilidades inerentes a cada curso.

Eixo Qualificação Profissional

Projeto	Público alvo	Quantidade de beneficiários
Núcleo de Inclusão Digital (NID):	adolescentes e jovens	390
Coletivo Jovem	adolescentes e jovens com idade entre 16 a 25 anos	390
Decolando na Arte e na Vida	adolescentes e jovens	160
total		940

Tabela 3 – Mapeamento dos projetos no ano de 2018 – Eixo Qualificação Profissional

Dos projetos presentes na tabela 3, destacam-se o NID e o "Coletivo Jovem" como aqueles de maior atendimento na ONG. O NID com ações direcionadas a formação educacional e profissional de jovens em situação de

vulnerabilidade socioeconômica para o mercado de trabalho e que fomenta o empreendedorismo social. Desenvolve atualmente, ações ecologicamente sustentáveis por meio de cursos de Robótica, manutenção de computadores e iniciação à Informática. Com o foco no reaproveitamento de computadores e na conscientização ambiental sobre a destinação correta dos resíduos eletroeletrônicos, o NID é também um centro de coleta desses materiais. Monitores, notebooks, tablets e celulares, por exemplo, são utilizados na formação dos jovens.

Quanto ao "Coletivo Jovem", o principal foco desse projeto é a qualificação profissional através de cursos nas áreas de marketing e vendas; produção de eventos, comunicação e tecnologias.

Pelo exposto nas tabelas, podemos constatar que no ano de 2018, a MPC favoreceu sobretudo ações voltadas ao eixo **Qualificação Profissional**.

Eixo Educação e Cidadania

No ano de 2017, a oferta dos programas e projetos no eixo **Educação e Cidadania**, apresentou-se da seguinte forma:

Projeto	Público alvo	Quantidade de beneficiários
Programa de Educação para o desenvolvimento humano	crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, podendo estender a faixa etária, de acordo com as ações de cada projeto.	310
Familiart	mãe dos beneficiários e pessoas de comunidades próximas	180
Artesinais	adolescentes surdos	60
Tecendo e pintando a vida	crianças e adolescentes	25
Mãos de Mães	mães dos beneficiários e mulheres de comunidades próximas	25
	total	600

Tabela 4 – Mapeamento dos projetos no ano de 2017 – Eixo Educação e Cidadania

Percebe-se na tabela 4 que no ano de 2017, o "Programa de Educação para o desenvolvimento humano" e "Familiart" foram aqueles que tiveram o maior número de beneficiários. Sobre o primeiro, no ano de 2017, o judô também foi a atividade de maior destaque no campeonato estadual desta modalidade de

esporte, tendo recebido o título de campeão geral da Federação Pernambucana de Judô. Quanto ao Familiart, este projeto apresenta relevância por sua capacitação de mães dos beneficiários e mulheres da comunidade na elaboração de peças artesanais desenvolvidas através da utilização de produtos habitualmente descartados, gerando formação de renda e aumento de autoestima.

Em particular, no ano de 2017 ocorreu um projeto que não foi ofertado em 2018, trata-se do "Artesinais" que teve por objetivo: promover a experimentação artística para adolescentes surdos por meio de oficinas de ilustração, escultura e pintura.

Eixo Qualificação Profissional

No ano de 2017, a oferta dos programas e projetos no eixo **Qualificação Profissional**, apresentou-se da seguinte forma:

Projeto	Público alvo	Quantidade de beneficiários
Coletivo Jovem	adolescentes e jovens com idade entre 16 a 25 anos	928
Núcleo de Inclusão Digital (NID)	adolescentes e jovens	393
Decolando na Arte e na Vida	adolescentes e jovens	138
total		1459

Tabela 5 – Mapeamento dos projetos no ano de 2017 – Eixo Qualificação Profissional

Percebemos na tabela 5, que o "Coletivo Jovem" teve um número maior de beneficiários em 2017 do que em 2018. este fato é atribuído a uma parceria entre o MPC e a empresa Coca-cola. Em virtude de maior financiamento para este projeto foi possível abrir mais vagas para inserção do público-alvo desse projeto: adolescentes e jovens com idade entre 16 a 25 anos. No ano de 2017, o NID atendeu praticamente a mesma quantidade de beneficiários que em 2018. Destaca-se que neste ano foi implantado o curso de Robótica Livre, que foi considerado o único desenvolvido por uma ONG, no Estado.

No ano de 2017, o projeto "Decolando na Arte e na Vida" capacitou adolescentes e jovens para funções de auxiliar administrativo e recepcionistas,

dando suporte de conhecimentos em informática, tendo como registros vinte e uma beneficiários inseridos no mercado de trabalho.

Eixo Educação e Cidadania

No ano de 2016, a oferta dos programas e projetos no eixo **Educação e Cidadania**, apresentou-se da seguinte forma:

Projeto	Público alvo	Quantidade de beneficiários
Programa de Educação para o desenvolvimento humano	crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, podendo estender a faixa etária, de acordo com as ações de cada projeto.	280
Familiart	mãe dos beneficiários e pessoas de comunidades próximas	30
Artesinais	adolescentes surdos	30
Mãos de Mães	mães dos beneficiários e mulheres de comunidades próximas	30
	total	600

Tabela 6 – Mapeamento dos projetos no ano de 2016 – Eixo Educação e Cidadania

A partir das informações contidas na tabela 6, na qual mostra as atividades desenvolvidas no ano de 2016, o "Programa de Educação para o desenvolvimento humano" que envolve as potencialidades humanas, proporcionando novas experiências, elevando a auto-estima dos educandos, através do aprendizado musical como o canto coral e aulas de orquestra, percussão e dança. E também através do esporte, nas aulas de judô. Neste ano o programa teve o total de 45 apresentações do Coral, 18 da orquestra, 25 da percussão e 28 de dança. No judô, participou de mais de 10 competições, totalizando 209 medalhas. Este foi o ano de implantação do projeto artesanais que também funcionou no ano de 2017, promovendo a experimentação artística para um total de 30 adolescentes e jovens com deficiência auditiva. Os projetos Familiart e Mãos de mães atenderam 60 mães (ou responsáveis) pelas crianças e adolescentes atendidos no MPC. E neste ano, 11 exposições foram realizadas afim de incentivar os participantes a investirem no mercado informal de artesanato com seus trabalhos confeccionados ao longo dos cursos.

Eixo Qualificação Profissional

No ano de 2016, a oferta dos programas e projetos no eixo **Qualificação Profissional**, apresentou-se da seguinte forma:

Projeto	Público alvo	Quantidade de beneficiários
Coletivo Jovem	adolescentes e jovens com idade entre 16 a 25 anos	453
Núcleo de Inclusão Digital (NID)	adolescentes e jovens	308
Decolando na Arte e na Vida	adolescentes e jovens	127
total		888

Tabela 7 – Mapeamento dos projetos no ano de 2016 – Eixo Qualificação Profissional

Com as informações estabelecidas no quadro 7, constatamos que no ano de 2016, o coletivo jovem patrocinado pela empresa coca-cola atendeu o maior número de beneficiários do eixo de **qualificação profissional** deste ano. O NID atendeu menos beneficiários que nos anos de 2017 e 2018, porém continuou sendo um dos projeto com mais adesões entre os jovens e adolescentes e realizou 6 oficinas temáticas dentro do MPC, no intuito do processo de aprendizagem ser interativo e portanto mais atrativo para os jovens. O projeto decolando na arte da vida contou com 127 beneficiários, número que de acordo com os dados visto anteriormente, cresceu nos anos de 2017 e 2018.

Em síntese, o eixo **educação e cidadania** ao longo dos 3 anos pesquisados, atendeu um total de 1814 beneficiários, nos respectivos projetos. Analisamos a importância dos trabalhos realizados em grupos que fornecem auto estima e aprendizados para os beneficiários. É válido ressaltar o poder do esporte, da música e da arte na construção da cidadania das crianças e dos adolescentes.

O eixo de **qualificação profissional** teve a participação de 3287 beneficiários do ano de 2016 à 2018. Com o alto índice de desemprego existente na região, a qualificação dos jovens para o mercado de trabalho, bem como os conhecimentos sobre geração de renda podem ajuda-los significativamente.

As atividades realizadas no MPC em ambos os eixos e durante os anos de 2016, 2017 e 2018 garantem um grande suporte na prevenção e no enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes da região.

Resultados da segunda etapa: entrevistas

As assistentes sociais que foram entrevistadas (AS1 e AS2), cada uma delas estava há sete anos atuando no MPC.

Percepção da AS1 sobre as contribuições do Serviço Social

A percepção da AS1 sobre as contribuições do Serviço Social realizado no MPC teve como principal fator positivo:

Proporcionar ao público atendido da Instituição o conhecimento e o acesso e a viabilização da garantia de direitos, através do acesso a rede socioassistencial de serviços, como o Conselho Tutelar, Programa Saúde da Família (PSF), Escolas profissionalizantes etc. Garantindo assim, a construção crítica e reflexiva da sua cidadania (AS1)

A partir da fala da AS1, sobre os encaminhamentos realizados ao PSF, podemos destacar o papel do Agente Comunitário de Saúde, funcionário estatal, que faz a ligação entre as famílias e o serviço de saúde, visitando cada domicílio pelo menos uma vez por mês; este realiza o mapeamento de cada área, o cadastramento das famílias e estimula a comunidade para práticas que proporcionem melhores condições de saúde e de vida.

Para a AS2, uma das maiores contribuições do Serviço Social no MPC é: "Conseguir identificar as problemáticas de cada Criança/Jovem e fazer encaminhamentos pertinentes ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e etc". Em virtude do exposto, expomos algumas considerações sobre os dois referidos centros.

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF.

Em Recife, O CRAS possui unidades distribuídas em suas seis regiões político - administrativas (RPA's). Trata-se de uma organização que gerencia as

Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CREAS). O CREAS é a unidade pública estatal que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (Prefeitura de Recife, 2019).

No caso do bairro dos Coelhos, este está situado na RPA1, sendo atendido pelo CREAS Ana Vasconcelos de um outro bairro: o de Santo Amaro. Os encaminhamentos ao CRAS ou CREAS referidos pela AS2, buscam essencialmente atender ao público alvo:

Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência. Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual. Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia. Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar (Prefeitura do Recife, 2019).

Os aspectos supramencionados, puderam ser identificados nas entrevistas com as assistentes sociais como condizentes ao perfil dos moradores das comunidades do bairro dos Coelhos. O tipo de serviço ofertado no CREA, por intermédio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos (PAIFI), consiste em:

Apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (Prefeitura do Recife, 2019).

De modo geral, podemos identificar que as duas assistentes sociais

remarcaram as atividades de encaminhamentos para os órgãos governamentais competentes dos casos atendidos considerados mais graves.

Sobre os **pontos positivos** de trabalhar no MPC, a AS1 mencionou: "No Movimento Pró Criança estamos inseridas dentro do setor psicossocial, juntamente com as psicólogas realizamos reuniões multidisciplinares para ações conjuntas". Ao que transpareceu os encaminhamentos realizados pelas assistentes sociais ocorre em parceria com as psicólogas do MPC. Embora, tenha sido posto em destaque o plano de trabalho individual das AS:

Temos nosso próprio plano de trabalho onde previamente delimitamos os nossos objetivos e buscamos atingi-los, o que delimita apenas as ações do Serviço Social e contribuem para a efetivação da cidadania das crianças e adolescentes; por exemplo as oficinas formativas que são realizadas pelos assistentes sociais e estagiários de serviço social (AS1).

Na figura 9, podemos ver um extrato do plano de trabalho concedido pela AS1, a respeito de seus objetivos:



Plano de Trabalho Serviço Social

IDENTIFICAÇÃO:

Plano de Trabalho Serviço Social

OBJETIVO GERAL:

- Contribuir para a prevenção e/ou proteção integral à situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social de crianças, jovens e adultos de 07 a 25 anos, ofertando espaço de convívio e desenvolvimento de habilidades, bem como ações direcionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e garantia de Direitos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- **Promover** acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de Assistência social nos territórios;
- **Promover** acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- **Favorecer** o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.
- **Complementar** as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- **Estimular** a participação na vida pública do território e desenvolver competências para compreensão crítica da realidade social;
- **Contribuir** para a inserção, reinserção e permanência das crianças, adolescentes e jovens no sistema educacional promovendo desta forma a construção do Protagonismo juvenil.

Figura 9: Objetivos do plano de trabalho do Serviço Social no MPC.

Fonte: plano concedido pela SSA1.

Para atender aos objetivos (figura 9) é dito na metodologia de trabalho do Serviço Social (figura 9) que esta se adequará às necessidades dos educandos, familiares e grupos atendidos, reconhecendo suas realidades e práticas, assim, progressivamente, podendo chegar a ações transformadoras.

Ao perguntarmos às assistentes sociais sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social dentro do MPC, elas responderam:

O grande entrave encontrado no Serviço Social do MPC é a adesão das famílias a comparecerem a Instituição para participarem das reuniões e encontros. A responsabilização das mesmas referente ao desenvolvimento dos seus filhos nas atividades propostas pela Instituição (AS1).

Na nossa atuação cotidiana encontramos entraves burocráticos que fazem com que a realização de tarefas sejam mais lentas e não respondam as demandas no tempo certo. Por ser uma ONG vinculada a igreja católica, nós encontramos alguns impasses quanto a abordagem de alguns temas. Uma outra dificuldade provém das verbas, temos que trabalhar sempre com o orçamento dado aquele mês, já que a ONG sobrevive de doações de empresas parceiras, da arquidiocese e de doações sociais individuais (AS2).

A AS1 afirmou algumas limitações existentes no MPC para atuar a partir dos preceitos contidos no código de ética, devido sobretudo, ao Serviço Social ser uma profissão de caráter crítico, e por ela está atuando em uma instituição ligada à arquidiocese (Igreja Católica). Esta assistente social afirmou:

Temos algumas dificuldades em trabalhar questão ligadas a temas transversais, como sexualidade, aborto, público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros), gravidez na adolescência. Mas isto vem sendo mudado, devido ao acesso de informações ministradas nas palestras e oficinas formativas propostas e ministradas pelos Assistentes Sociais e Estagiários de Serviço Social da Instituição (AS1).

As palestras e oficinas formativas mencionadas pela AS1, são descritas no plano de trabalho do Serviço Social na MPC, como ações voltadas para:

- Desenvolvimento do convívio, oportunidades de convivência.
- Promoção de atividades orientadas para o desenvolvimento de sociabilidade, através da construção de vínculos interpessoais, intergeracionais, familiares, comunitários e societários, na perspectiva da inserção sociocultural e do fortalecimento da cidadania.

No que concerne às **limitações**, para a AS2, elas dizem respeito ao curto espaço de tempo para responder as demandas da instituição:

Muitas vezes com a correria e as funções técnicas acabamos respondendo às demandas de forma rápida para dar conta de todas que temos no dia e pelo que somos cobradas da gerência da ONG. Porém, tentamos ao máximo agir de forma crítica e reflexiva (AS2).

A AS2 também apontou como uma limitação ao seu trabalho no MPC, o fato desta ONG ser vinculada a Igreja Católica: "Quando queremos abordar alguma temática "polêmica", por vezes somos indagadas; persuadidas a fazê-la de forma a obedecer as regras da igreja. Embora, isso venha mudando...".

O viés religioso que permeia esta ONG, também foi marcante no que concerne aos indicadores de intervenções criativas do Serviço Social apresentados pelas entrevistadas:

A principal ação criativa foi a de termos a ideia de realizar as oficinas formativas nas quais trabalhamos temáticas como: sexualidade e gênero, feminismo, gravidez na adolescência etc. No início fomos quase proibidas de trabalhar estes temas, porém conseguimos contornar aos poucos e explicar que as ações eram importantes devido as problemáticas que existiam na comunidade (AS2).

No depoimento da AS1, ela exemplificou intervenções criativas, relatando casos de crianças e adolescentes que foram encaminhados para atendimento nas redes CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social ambas pertencente ao setor público e que atendem indivíduos que estejam em situações vulneráveis e de risco social. E que tiveram atendimento jurídico para regularização de questões como guarda familiar, crianças que possuem genitores falecidos ou que estão inseridos no Sistema Prisional.

A AS1 ainda mencionou uma ação no Carnaval do ano anterior, sobre exploração sexual, devido o índice dos casos envolvendo abuso e exploração serem maiores nas épocas carnavalescas entre "meninas" em situação de vulnerabilidade social. Mesmo com as limitações de caráter religioso: " Esta

ação nos deu um pouco de trabalho por mexer com um tema difícil para a igreja católica, porém tivemos reuniões multidisciplinares com os diretores presentes e conseguimos fazê-la”.

Ambas explanaram a forte atuação do setor de serviço social, especificamente na tentativa de inserir os adolescentes e jovens no mercado de trabalho, como uma forma de prevenir a vulnerabilidade social destes. Desenvolvemos portanto, a continuidade da nossa pesquisa com foco no projeto do Núcleo de Inclusão Digital (NID) sendo a partir dos relatos, o projeto com maior interferência do serviço social.

O projeto NID : casos de atendimento do Serviço Social.

O projeto NID tem seu foco em cursos de informática, manutenção de computadores e robótica. Este projeto acontece duas vezes por semestre. Cada curso é aberto para 25 participantes.

Particularmente, podemos constatar que a maioria do público que procura o NID é do gênero masculino. Por exemplo, no curso de Robótica, apenas 20% era do gênero feminino.

Este fato foi apontado como um caso problemático pela AS1. Assim tivemos como um ponto de destaque no seu depoimento da AS1: "Para o projeto NID não havia muita procura do gênero feminino. Assim nós promovemos debates acerca do tema "gênero e feminismo" nas oficinas formativas nas quais há jovens que estão inseridas nos diversos projetos e conseguimos inserir algumas (mesmo que poucas) ao projeto NID" (AS1).

Por ser um projeto de interesse masculino, as assistentes sociais (AS1 e AS2) relataram que também fizeram um trabalho de mobilização através de comunicados aos pais; bem como na escola do bairro - para que pudessem inserir jovens do sexo feminino no projeto. Apesar dos esforços relatados pelas próprias AS, a adesão ao projeto por parte das jovens mulheres não foi grande, no ano de 2017 eram 10% e subiu para 20% no ano de 2018.

A AS1 ressaltou que como o projeto NID tem o objetivo da inserção dos jovens no mercado de trabalho e a possibilidade de fazer uma produção de

renda, na ótica do empreendedorismo, este é de extrema importância para a realidade social em que se insere o Bairro dos Coelhos; isto é, uma região com grande taxa de desemprego.

Especificamente sobre o NID, no plano de trabalho das Assistentes sociais consta:

Articulação e acompanhamento do projeto NID

- *Realizar acompanhamentos pertinentes às demandas sociais dos educandos inseridos nos cursos de qualificação profissional do Núcleo de Inclusão Digital (NID);*
- *Promover ações educativas e formativas que despertem a consciência cidadã e garantia de direitos;*
- *Buscar novas parcerias para a inserção de educandos no mercado de trabalho e na sua formação acadêmica;*
- *Elaborar relatórios à rede socioassistencial referentes aos educandos que estão inseridos no projeto e cumprem medidas socioeducativas em unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), CASAS DE ACOLHIMENTOS e das unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE, Centro de Atendimento Socioeducativo(CASE) e a Casa de Simi liberdade (CASEM).*
- *Realizar e participar de Estudo de Casos, referente aos educandos inseridos no projeto do NID.*

Análises dos casos: simplificação da realidade

Como podemos perceber através do último ítem enquadrado na articulação do projeto NID (acima) que também faz parte do plano de trabalho do serviço social, encontramos como função do serviço social do MPC : *Realizar e participar de Estudo de Casos, referente aos educandos inseridos no projeto do NID.*

Ao indagarmos sobre as informações dos casos específicos de vulnerabilidade social entre adolescentes e jovens presentes no projeto NID, as assistentes sociais informaram que os casos eram analisados superficialmente: “Se algum beneficiário expressar que não está enquadrado em algum projeto social oferecido pelo governo por exemplo, encaminhamos para os órgãos competentes” (AS1) Foi explicitado também que pela grande quantidade de beneficiários atendidos nos turnos da manhã e da tarde, elas não tinham conhecimento aprofundado do utentes: “nosso trabalho aqui na ONG é mais preventivo e só é realizada uma visita domiciliar raramente, pois encaminhamos para o setor público, se houver alguma problemática. Não é um trabalho clínico e sim preventivo” (AS2).

Segundo as assistentes sociais, os casos do MPC não eram aprofundados, o serviço social realizava entrevistas sociais que aconteciam no momento da inscrição de um novo beneficiário, porém de forma meramente descritiva, sem realizar uma escuta ativa. Ambas profissionais explicaram que o trabalho do serviço social da ONG era preventivo e se percebessem que haveria a necessidade de uma atuação mais aprofundada, encaminhavam para a rede pública.

Nas entrevistas sociais realizadas na inscrição de um novo beneficiário, as assistentes sociais preenchiam fichas individuais, constando, nome, endereço, idade, grau escolar, sexo, escola e nome dos responsáveis. Faziam também, a verificação dos beneficiários que ainda não estariam inseridos em programas sociais oferecidos pelo governo para realizarem os encaminhamentos destes à rede pública.

Na figura 10 consta um modelo de encaminhamento do serviço social do MPC para um órgão público.

	<p>Movimento Pró-Criança – Unidade: Coelhos. Arquidiocese de Olinda e Recife Rua dos Coelhos, nº 317, Coelhos, CEP: 50.070.550. Fone: (81) 3412-8989 (central) / 3412-8952. (Setor Psicossocial) www.movimentoprocrianca.org.br E-mail psicossocialcoelhos@movimentoprocrianca.org.br</p>
<p>Recife 22 de Março de 2018.</p>	
<p>Do: Movimento Pró-Criança – Unidade dos Coelhos Att: - [REDACTED] - Conselho Tutelar – [REDACTED]</p>	
<p>ENCAMINHAMENTO</p>	
<p>Em nome do Movimento Pró-Criança Unidade Coelhos estamos encaminhando a Sra. [REDACTED] para atendimento nesta unidade. A mesma residia no bairro de Dois Unidos pertencentes a RPA-2 na cidade do Recife. No entanto, por motivos alheios a sua vontade e em decorrência de fatores socioeconômicos, a senhora [REDACTED] encontra-se residindo atualmente [REDACTED] pertencente agora a sua área de atuação.</p>	
<p>Informamos que no dia 28 de fevereiro de 2018 realizamos a visita domiciliar e verificamos a necessidade de acompanhamento e intervenções desta unidade. Durante a visita constatamos que a casa onde residem atualmente foi cedida por uma pessoa da igreja em caráter solidário devido às condições da família. Porém, a casa foi cedida por tempo determinado o que vem agrava a situação desta família que não tem como dispor de recursos no momento para o aluguel de uma nova casa. Sendo assim, estamos encaminhando a senhora [REDACTED] com o intuito de pleitear a concessão do auxílio moradia, além de viabilizados outros serviços assistenciais que venham assegurar seus os direitos em questão.</p>	
<p>Agradecemos desde já o apoio, SETOR PSICOSSOCIAL</p>	

Figura 10: encaminhamento do setor psicossocial no MPC para o Conselho Tutelar.

Fonte: concedido pelo setor psicossocial.

As ações neste sentido tornam-se mais paliativas e a resolução das problemáticas específicas de cada caso ficam sobre a responsabilidade do órgãos públicos.

Da análise das entrevistas, do diário de campo e da análise documental, verificámos que a existência de um quadro exíguo de profissionais de serviço social na MPC pode constituir um obstáculo ao estudo mais aprofundado dos casos. Por terem uma grande quantidade de projetos e beneficiários, as assistentes sociais se limitam à parte organizacional e técnica do seu trabalho. Com efeito, fica prejudicada a relação de escuta ativa, a análise de casos e visitas domiciliares, mesmo que estejam previstos no seu plano de trabalho (figura 10).

Não há o acompanhamento individual das crianças e adolescentes. Tal facto, limita o conhecimento específico da sua problemática e contexto social, associando os beneficiários à vulnerabilidade social apenas por residirem em sua grande maioria no bairro dos Coelhos, uma localidade pobre e com falta de recursos sociais, como foi verificado na caracterização do campo de pesquisa. Todas estas questões tornam o atendimento social meramente expeculativo e portanto, sem o aprofundamento devido. Reconhecemos desta forma, mais uma dificuldade para que o profissional trabalhe baseado em todos os preceitos presentes no código de ética da profissão (1993).

Isto remete-nos ao referencial teórico presente no capítulo 3 que trata dos déficits existentes no terceiro setor ao tentar promover as políticas sociais. Foi percebido, desta forma, as limitações da ONG em fornecer todo o aparato social necessário aos utentes.

Os próprios profissionais de serviço social ao se limitarem unicamente às missões específicas da ONG, descaracterizam a intervenção profissional, deixando de atuar de acordo com todos os preceitos presentes no código de ética profissional (1993).

Verificamos as questões relativas aos limites profissionais, quando as assistentes sociais relataram problemas referentes à natureza da organização. Por não serem órgãos públicos, as regras também são baseadas de acordo com o interesse privado de cada ONG, no caso específico do MPC, regras religiosas da arquidiocese.

Por este motivo, as assistentes sociais salientaram as dificuldades que sentiram ao trabalharem alguns temas importantes que, pelos preceitos

religiosos, não puderam ser explorados com liberdade, a exemplo da temática de gravidez na adolescência. Mesmo assim, explicitaram avanços, por terem colocado o tema em pauta numa reunião multidisciplinar, na qual foi aprovado o debate sobre a temática com os jovens, embora com algumas restrições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação em questão pretendeu demonstrar por meio de aprofundamentos teóricos, análises documentais, entrevistas, diários de campo, a atuação do profissional de serviço social frente às questões de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, dentro de uma Organização não Governamental, localizada numa comunidade da cidade do Recife-Brasil e que apresenta um alto índice de vulnerabilidade, de acordo com dados fornecidos pelo Ipea (2017).

Entendemos que toda a discussão acerca da temática necessitava de aprofundamentos teóricos, advindos do contexto histórico brasileiro. Portanto, ao conceituar historicamente as questões relativas à vulnerabilidade social no Brasil, bem como a história da criança e a profissão do serviço social, a partir de acontecimentos, mudanças societárias e legislações cabíveis, foi possível conhecer detalhadamente as contradições e problemática da realidade a ser trabalhada.

Ao contextualizar as mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas, até os preceitos contemporâneos do neoliberalismo, foi possível perceber a estratégia neoliberal em instrumentalizar o terceiro setor, minimizando o poder do Estado em atender os direitos universais e a cidadania da população, bem como as possíveis falhas advindas da natureza específica de cada organização não governamental com suas metas e planos de ações distintos, o que dificulta o atendimento padronizado e universal da população que deveria ser garantida pelo próprio Estado.

Na sociedade contemporânea, permeada pelo neoliberalismo há uma diminuição da proteção social oferecida pelo estado e conseqüentemente o redirecionamento dos serviços sociais para o terceiro setor que passa a oferecer respostas às questões sociais e portanto, a ser um grande campo de atuação do assistente social.

Um dos grandes desafios do serviço social advém da realidade contraditória, na qual o profissional precisa oferecer respostas às diversas expressões da questão social e ao mesmo tempo está inserido na esfera do trabalho, sendo portanto um trabalhador que é subordinado a determinada

ideologia hierárquica. “O deciframento da situação na sua complexidade e na dos discursos de configuração dos limites, das possibilidades e das alternativas passa a ser o foco da intervenção profissional para a resolução do conflito” (Faleiros 2007, p. 8).

É necessário que os assistentes sociais reconheçam os limites enquanto profissionais, bem como que apreendam toda a realidade na qual estão inseridos, lembrando que a mesma está em constante mudança. Neste sentido, o profissional do Serviço Social pode assumir a reflexividade como estratégia de ação no seu cotidiano, como bem explicam (Albuquerque & Arcoverde, 2017, p. 19):

A reflexividade profissional do Serviço Social, em contextos complexos e nos vários momentos do ciclo de políticas públicas frente aos riscos e vulnerabilidades criados pela modernidade, emerge, assim, da ação, na ação e para ação, requerendo uma gramática criativa e estratégica, mas que reforce o sentido do projeto teórico, metodológico, ético e político emancipatório.

Portanto é com a transformação nas práticas e com as reflexões críticas constantes que podemos reinventar estratégias de ações nos mais diferentes campos de atuação.

Especificando a atuação profissional dentro das ONGs que prestam apoio às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o profissional precisa estar atento à realidade e trajetória histórica das crianças e adolescentes no Brasil que têm seus direitos violados ou sofrem há décadas (maus tratos, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, trabalho infantil). Atualmente, mesmo com os avanços decorrentes da promulgação do ECA e da sua contribuição na proteção integral das Crianças e Adolescentes, a vulnerabilidade entre os mesmos ainda é alarmante, portanto é importante uma regulação constante no intuito que as leis previstas no estatuto sejam efetivadas e os direitos e proteções garantidos.

A partir dos resultados das análises obtidas nesta investigação foi possível identificarmos que as ações cotidianas do trabalho do serviço social

dentro de uma ONG de combate à vulnerabilidade infantil podem acabar por ocorrer de forma superficial com atuações meramente técnicas e/ou gerenciais, dificultando a prática coerente com o projeto ético político da profissão e não oferecendo as repostas necessárias no enfrentamento às questões de vulnerabilidade envolvendo crianças e adolescentes.

Percebemos com isto que os grandes desafios limitantes do serviço social dentro da ONG foram advindos do tipo de natureza da organização, no caso do MPC ao terem que obedecer alguns preceitos religiosos houve uma interferência direta nas práticas profissionais, dificultando a finalidade das mesmas. Por ser uma ONG que possui uma grande quantidade de beneficiários, podemos perceber que o quadro de funcionários do serviço social poderia ser aumentado para que o plano de trabalho do setor fosse cumprido efetivamente e a prática profissional não se caracterizasse pela superficialidade e tecnicidade.

Outra questão que necessita reflexão é o setor do serviço social está inserido dentro do psicossocial, juntamente com o a psicologia o que pode vir a descaracterizar a profissão, perdendo a identidade e portanto, sua força dentro do órgão e também na sociedade. É válido ressaltar que apesar da importância do trabalho em equipes multidisciplinares, a definição de cada profissão é uma forma essencial de caracterizar, dar identidade tanto as assistentes sociais, quanto as práticas profissionais, elevando a importância das mesmas.

Por fim, reiteramos a necessidade do serviço social em desenvolver práticas criativas que sejam viáveis à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, mesmo nos espaços onde encontramos limitações. É preciso compreender a realidade, através do seu contexto histórico e analisar criticamente as ações cotidianas, afim de construir práticas possíveis para a resolução das problemáticas sociais, articuladas ao código de ética profissional.

Referências bibliográficas

Alvarenga, M.S. (2012). *Risco e vulnerabilidade: razões e implicações para uso na política nacional de assistência social*, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

Albuquerque, C.P. & Arcoverde B. C.A. (2017). *Serviço Social contemporâneo reflexividade e estratégia*, Lisboa: 1ª edição ISBN.

Andrade, F. S. de. (2016). História social da criança e do adolescente em situação de risco no Brasil a partir dos Marcos legais e do cotidiano- *EDUCA-Revista multidisciplinar em educação*- Porto Velho (RO), v. 3, n. 5, pp. 44-62.

Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

Ayres, J. R. C. M., França Júnior, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*, 2, 121-143.

Barker, C., Pistrang, N., & Elliot, R. (1995). *Research methods in clinical and counselling psychology*. New York: Wiley.

Barker, G. & Rizzini, I.(2002). Repensando o desenvolvimento infantil e juvenil no contexto de pobreza urbana no Brasil. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, PUC-RJ, Departamento de Serviço Social, n. 7, p. 21.

Beck, U. (1992). *The risk society: Towards a new modernity*. London: Sage.

Bedin, G. A., & Nielsson, J. G. (2013). A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. In: Costa, L. C., Nogueira, V. M. R., and Silva, V. R., orgs. *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG.

Bihr, A. (1998). *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Campenhoudt, L. V., & Quivy, R. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa.

Carmo, M. E. D., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34.

Carneiro, C. B. L. & Veiga, L.(2004). *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CFSS- Conselho Federal De Serviço Social (2009). *Assistente social: Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>.

Costa, L. C. da. (2006). *Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Drexel, J. e Iannone, L. R. (1994). *Criança e miséria: vida ou morte?* 10 ed. São Paulo: Moderna, (Coleção Polêmica).

Faleiros, E. S.; Faleiros, V. de P. (2007). *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescente*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Forti, V. (2013). *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Francisconi, C. F., & Goldim, J. R. (2001). *Termo de consentimento informado para pesquisa: auxílio para a sua estruturação*. Conspesq. Porto Alegre, out.

Gadelha, G. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, D.N.; Furtado, E. & Moura, E. M.(2010) *Sociologia da Educação*. Ceará: SEAD/UECE, 2 ed.

Guareschi, P. A. (2005). *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. Porto Alegre: Mundo Jovem, 58ª edição.

Guerra, Y. (2000). *Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 62. São Paulo: Cortez.

Hall, P. D. (1994). Historical perspectives on Nonprofit Organization. In Herman, R. D. (and Associates). *The Jossey-Bass Handbook of nonprofit leadership and management*. San Francisco: Jossey-Bass Publisher.

Iamamoto, M.V.; Carvalho, R. (2005). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17. ed. São Paulo: Cortez.

Iamamoto, M.V. (2009). Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília.

Iamamoto, M.V. (2012). *O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7 Ed. São Paulo: Cortez.

lamamoto, M.V. (2009). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 16. ed. São Paulo: Cortez.

IBGE-CENSO Demográfico, 2010. Resultados do universo: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março 2019

IPEA *atlas de vulnerabilidade social*, Brasil 2017. Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2019

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– *texto para discussão* 1227 out. 2006. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD_1227.pdf. Acesso em 21 de maio de 2019

Janczura, R. (2012). *Risco ou vulnerabilidade social?* Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez.

Lima, A. S. M. (2011). *Organizações Não-Governamentais de Manaus/AM. Limites e Desafios ao Serviço Social* (Doctoral dissertation, PUC-Rio).

Lorenzi, W. G. (2016). Uma breve história dos direitos das crianças no Brasil

Marandola Jr., E. & Hogan, D.J. (2006). *As dimensões da vulnerabilidade*. São Paulo em Perspectiva, v.20, n.1, p.33-43.

Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica*. São Paulo: Atlas, 143-164.

Martins, J. S. (1997). *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

Martins, L. (1993). "Reform of Public Administration and Political Culture in Brazil: An Overview". Washington: Inter-American Development Bank/Department of Operations.

Marx, K. (1981). *A origem do capital*. 3ª ed. São Paulo: Global.

MAY, Tim, (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.

MDS, Brasil. *CapacitaSuas Volume 3* (2008). *Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração* / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome - MDS. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília:.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004.

Montaño, C. (1999). “Das ‘lógicas do Estado’ às ‘lógicas da sociedade civil’. Estado e ‘terceiro setor’ em questão”. *Serviço Social & Sociedade*, no 59. São Paulo: Cortez.

Montaño, C. E. (2002). O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Lutas Sociais*, (8), 53-64.

Montaño, C. (2001). *Terceiro setor” e “questão social” na reestruturação do capital. O canto da sereia* (Doctoral dissertation, Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPG-ESS, UFRJ).

Montaño, C. (2007). *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4. Ed. São Paulo: Cortez.

Motta, M.A.P.(2005). *Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.

MPC – Movimento Pró-Criança. *Relatório de atividades gerais 2016*. Recife.

Netto, J. P. (1999). A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS.

Netto, J. P. & Braz, M. (2007). *Economia Política: uma introdução crítica*. 3. ed. São Pulo: Cortez.

Netto, J. P. (2006). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez.

Netto, J. P. (2004). Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, nº 3. (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), ano II.

Netto, J. P. (2006). *Ditadura e Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez.

Netto, J. P. (1996). *Transformações societárias e Serviço Social*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50.

Neto, A. (2016). *Relatório Sóciodemográfico do Bairro dos Coelhos*, Recife-PE.

Novena, N. P.(2008). Pesquisando as narrativas da sexualidade na organização escolar: formulação do problema e adequação dos procedimentos metodológicos na pesquisa qualitativa. In: *Pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na educação*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB

Oliveira, F. (1995). A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: *Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1*. Brasília: CNAS, out. (Cadernos ABONG).

Prefeitura do Recife (2019). Serviço para o cidadão. Recuperado de: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/centros-de-referencia-da-assistencia-social-cras?op=ODU=>. Acesso: 09.07.2019.

Sá-Silva, J. R. & Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Rev. Bras. de História & Ciências Sociais*. n. 1, p. 1-15, jul..

Schwarz, R. (org.). (1992). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades

Serra, R. M. S. (2000). *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional*. São Paulo: Cortez.

Silva, C. da C. (2009). *A responsabilidade social como uma fonte de captação de recursos financeiros*. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida (UVA).

Silva, M. O. S. (2002). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

Soulet, M.-H. (2007). L'Individualisation des politiques sociales: une réponse à l'exclusion durable? In F. Cantelli & J. L. Genard, *Droit et Société "Action Publique et Subjectivité"*. Paris: Réseau Européen Droit et Société e Maison des Sciences de l'Homme pp 169-179.

Teixeira, J. B. & Braz, M. (2009). O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb.

Teixeira, L. C. (2003). *Sentido Subjetivo da Exploração Sexual para uma adolescente prostituída*. In: Ozella. S.(org.), *Adolescências Construídas: A visão da psicologia Sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.

Telles, V. S. (2001). *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Weber, Max. (1996). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11ª Ed. São Paulo: Pioneira, (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais- Sociologia).

Wieczynski, M. & Ronconi, L. (2010). *Gestão e sustentabilidade para o terceiro setor: os novos rumos para o serviço social*. Disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/gestao.pdf>. Acesso em: 28 jan.

Yazbek, M. C. (1995). *A Política Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social*. In Cadernos ABONG nº 11.

Yazbek, M. C. (2006). *Classes Subalternas e Assistência Social-5.ed.*-São Paulo:Cortez.

Yin, R. K. (2005). *Estudos de caso: planejamento e métodos*. (3ª Ed.). (Grassi. D. Trad.). Porto Alegre: Bookman.

Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

DUDH-Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948. Disponível em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

Lei nº 8662/93 de 13 Março 1993. Código De Ética Profissional Dos Assistentes Sociais Resolução CFESS N.º 273/93 Brasil.

Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990.ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasil.

ONU - Organização das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Disponível em> https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf.> Acesso em 16 de Julho de 2019.

Apêndice 1 - Consentimento informado

TERMO DE CONCENTIMENTO INFORMADO

Eu, Luana Ribeiro Barreto Campello, mestranda em Serviço Social pela faculdade de Psicologia e de Ciência da educação da Universidade de Coimbra, pela orientação da Professora Doutora Helena Neves Almeida, estou a desenvolver uma dissertação, cujo tema é “O Serviço Social face às questões de vulnerabilidade na infância e adolescência no Brasil: um estudo de caso.”

genericamente, o objetivo do estudo é compreender como acontece a atuação do serviço social face as questões de vulnerabilidade na infância e adolescência dentro de uma ONG, no Brasil.

A sua colaboração é voluntária e a confidencialidade garantida

Responsável: Luana Ribeiro Barreto Campello

Email: luanarbcampello@hotmail.com

Orientadora: Professora Doutora Helena Neves Almeida (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação).

Título: O Serviço Social face às questões de vulnerabilidade na infância e adolescência no Brasil: um estudo de caso

Eu, _____

Declaro que concordo em participar voluntariamente da entrevista, autorizo a gravação, mas com a garantia do meu anonimato. Estou ciente de todos os objetivos presentes na pesquisa e detenho uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura da entrevistada

Assinatura da investigadora

_____, ____ de 2019